

DATA DA REUNIÃO: TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: TREZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----

Reunião : EXTRAORDINÁRIA



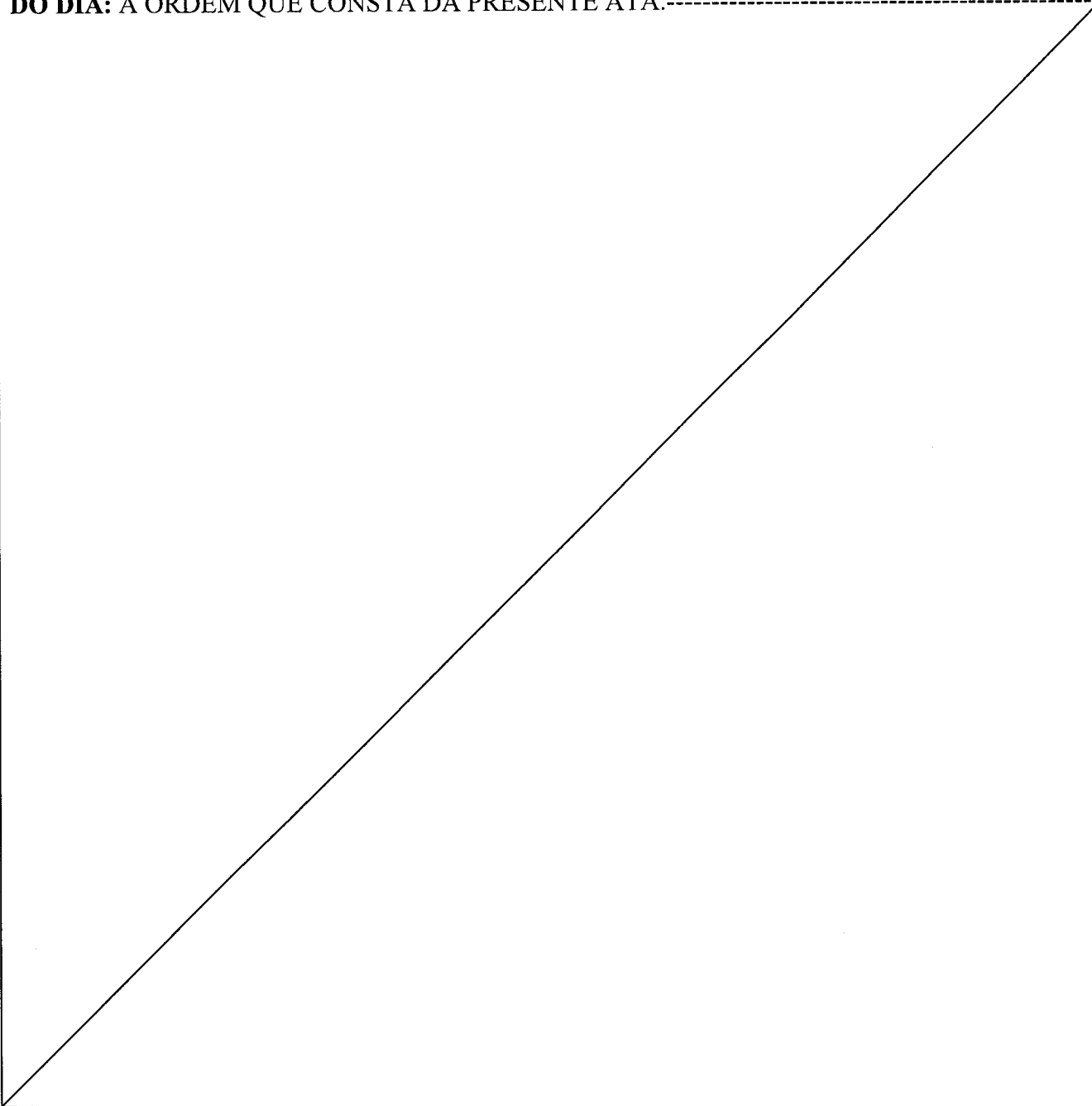
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 19 Fl. 2
3 de outubro de 2012

Handwritten signature or mark.

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 3/OUTUBRO/2012 – ATA Nº 19

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL): Plano de Ajustamento Financeiro: Aprovação
- 2 – Reorganização administrativa territorial autárquica: Parecer previsto no n.º 2 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de maio
- 3 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro: Decisão da assembleia municipal face à proposta de extinção da Fundação Santo Thyrsos
- 4 – Outros subsídios

Santo Tirso, 28 de setembro de 2012

P/O Presidente,

Castro Fernandes

AM

1. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL): PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO: APROVAÇÃO.-----

Presentes o formulário de adesão ao PAEL (anexo I da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro), que contém em anexo os seguintes documentos: Plano de Ajustamento Financeiro previsto no n.º 2 do artigo 5º da Lei 43/2012, de 28 de agosto, elaborado nos termos da referida Portaria 281-A/2012 e os quadros que constituem o anexo III da mesma Portaria, com exceção dos quadros V e VII, não aplicáveis ao município de Santo Tirso.-----

Os referidos documentos ficaram anexos à minuta da presente ata e dela fazem parte integrante para todos os efeitos legais, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por vinte e nove folhas.-----

O município de Santo Tirso integra o Programa II, de harmonia com o previsto no artigo 2º da aludida Lei 43/2012.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram apresentadas as seguintes propostas:

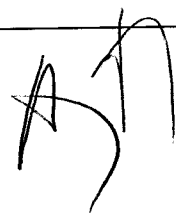
1. Que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para aderir ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);-----

2. Que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal a aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro anexo;-----

3. Que a câmara municipal delibere solicitar autorização para a contratação de um empréstimo de longo prazo (prazo máximo de vigência de catorze anos) até ao montante máximo de 1.730.000,00 € (um milhão setecentos e trinta mil euros), equivalente a 90% do limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integra o referido anexo III.-----

As propostas foram aprovadas com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra, dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra esta proposta por várias



ordens de razão:-----

Primeira razão: O recurso ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) que prevê o pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de noventa dias, onera o passivo da câmara e transfere para os próximos catorze anos dívidas de obras e prestações de serviços relativas aos anos de dois mil e dez, dois mil e onze e dois mil e doze, a que estão associados juros que obviamente a câmara vai ter que pagar.-----

Achamos estranho o recurso a este Programa já que o senhor presidente e alguns deputados da maioria socialista, de forma reiterada, têm afirmado que o município goza de saúde financeira, têm uma gestão rigorosa e a situação financeira equilibrada. Além de ter já recorrido a um programa que se chamava “Pagar na Hora”, também para regularizar dívidas vencidas. Nos últimos anos as receitas com impostos e taxas aumentaram exponencialmente. As principais obras municipais foram realizadas com recurso a fundos comunitários, com comparticipações que oscilam entre os 70% e os 85%; A construção das infraestruturas da rede de água, pelo menos desde dois mil, foram da responsabilidade da Indaqua e o investimento na rede de saneamento é incipiente. As obras que poderiam onerar o município foram ou serão realizadas com recurso a crédito bancário, oportunamente deliberados em reunião da câmara municipal e da assembleia municipal, e de que cito alguns exemplos: 136.000 € (cento e trinta e seis mil euros) para o Auditório/Hotel para a Escola Agrícola; 43.000 € (quarenta e três mil euros) para a gestão e iluminação pública; 412.000 € (quatrocentos e doze mil euros) para o projeto iMOD; 340.000 € (trezentos e quarenta mil euros) para o Parque Urbano da Ribeira do Matadouro; 47.000 € (quarenta e sete mil euros) para o Museu Internacional de Escultura Contemporânea; 190.000 € (cento e noventa mil euros) para a Reabilitação da Quinta do Mosteiro – Escola Agrícola; 45.000 € (quarenta e cinco mil euros) para a Requalificação do posto de turismo; 115.000 € (cento e quinze mil euros) para a Quinta do Verdeal; 45.000 € (quarenta e cinco mil euros) para a Requalificação da Zona Industrial de Fontiscos; 838.000 € (oitocentos e trinta e oito mil euros) para a Requalificação da Piscina Municipal, etc. etc. etc.-----



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Acresce que no final do ano de dois mil e onze, as dívidas resultantes de empréstimos ascendiam a 20 milhões de euros, a que se podem adicionar, entre outras, três milhões de euros de dívidas à empresa SUMA pela prestação de serviços, cujo valor a câmara tinha já recebido dos munícipes. Por tudo isso os vereadores do Partido Social Democrata não compreendem o facto da câmara continuar com dividas na ordem dos quatro milhões de euros, vencidas há mais de noventa dias. Além disso, o que aumentou a nossa perplexidade é o facto de o município de Santo Thyrso ter recebido mais de sete milhões de euros de indemnização pela criação do município da Trofa. Para os vereadores do Partido Social Democrata nada justifica que a câmara “chute” para a frente e para quem obviamente tiver responsabilidades na gestão dos próximos anos pelo pagamento de dívidas que contraiu, sendo que algumas nos causam alguma perplexidade, mas que em devido tempo abordaremos”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“O PAEF (Programa de Apoio Económico e Financeiro) a Portugal permite que Portugal venha usufruir de um montante da ordem dos setenta e oito mil milhões de euros.-----

A ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e a maior parte dos municípios sempre defenderam que estes deveriam usufruir do PAEF na proporção da dívida pública global. Portugal devia aproximadamente duzentos mil milhões de euros e os municípios portugueses um valor inferior a oito mil milhões de euros o que corresponde a aproximadamente 4% da dívida pública. Sempre propusemos (ANMP) que o valor a financiar os municípios deveria ser da ordem dos três mil milhões de euros tendo em conta o valor a receber por Portugal. No decurso das negociações entre o Governo português e a ANMP, o Governo somente disponibilizou a verba de mil milhões de euros do chamado PAEL (Programa de Apoio à Economia Local).-----

Foi assim reconhecida pelo próprio governo português a necessidade de aprovação do PAEL para garantir o funcionamento mínimo das autarquias portuguesas face à legislação que



entretanto foi entrando em vigor desde o Orçamento de Estado de dois mil e doze.-----

Até à tão malfadada Lei dos Compromissos que tanto problemas estão a originar às autarquias e da qual se pediu recentemente a revogação ou mesmo a suspensão.-----

É neste enquadramento que a câmara municipal de Santo Tirso se candidatou ao PAEL em condições financeiras muito boas que permitirão alavancar a atividade autárquica e a própria economia com juros que se podem considerar bons tendo em conta a conjuntura atual.-----

Ignorar o PAEL seria “meter a cabeça na areia” até porque a proposta de Santo Tirso é relativamente baixa, em quantitativo, se comparada com os pedidos que neste momento estão a ser feitos por muitos municípios de todos os quadrantes.-----

Aproveitamos para esclarecer que o recurso aos Fundos Comunitários e mesmo ao crédito bancário, na proporção permitida para todos os financiamentos no âmbito das contrapartidas nacionais, é um ato de gestão perfeitamente correto o que nos tem garantido que tenhamos uma boa gestão económico-financeira, o que nos permitiu que tivéssemos sido incluído no Programa 2 do PAEL onde as condições de acesso são muito mais fáceis sem exigências de contrapartidas especiais por parte da autarquia como são os casos no Programa 1 de adoção obrigatória de taxas e tarifas máximas.-----

Ainda recentemente no IMI adotamos as taxas de 0,4% e 0,7% quando os máximos das mesmas são 0,5% e 0,8% respetivamente para os prédios novos e prédios antigos.-----

Esclarecemos também que os valores da dívida a longo e médio prazo referida na conta de gerência de dois mil e onze dizem respeito fundamentalmente à Habitação Social e ainda à construção e equipamentos e infraestruturas que de outra forma não poderiam ter sido executados.----

Por último refira-se que algumas receitas excecionais que conseguimos resultam fundamentalmente, como é o caso da ação contra o Estado pela criação do concelho da Trofa, dos erros políticos cometidos pelo Partido Social Democrata de Santo Tirso que foi quem mais apoiou a criação do novo concelho à custa de Santo Tirso. Se houve uma vitória nos tribunais incluindo o



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A
H

Tribunal Constitucional ela foi uma vitória da câmara municipal de Santo Tirso e dos tirsenses que souberam reagir à maior machadada que, o PSD, o CDS e o PCP em conjunto deram no nosso concelho.-----

Para a história ficará a responsabilidade ou irresponsabilidade deste ato”.-----



9

47

**2. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA:
PARECER PREVISTO NO N.º 2 DO ARTIGO 11º DA LEI 22/2012, DE 30 DE MAIO.-----**

Pelo presidente da câmara municipal foi dito:-----

A **Lei nº 22/2012**, de 30 de maio, que consagra o Regime Jurídico da Reorganização Territorial Autárquica, prevê, no n.º 2 do artigo 11º que, na ausência de proposta para a pronúncia da assembleia municipal prevista no n.º 1 do mesmo artigo, deve a câmara municipal apresentar ao órgão deliberativo um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do município.-----

Nestes termos proponho:-----

Enquadramento-----

Foi com a publicação do denominado Documento Verde, a 26 de setembro de 2011, que se lançou o debate em torno da reforma da administração local.-----

Já nessa altura se temia que os critérios que estavam na sua base viessem a comprometer uma verdadeira reforma que se esperava séria e ponderada.-----

A obrigatoriedade desta reorganização administrativa territorial autárquica impôs-se com a publicação da Lei nº 22/2012, que estabelece os seus princípios e parâmetros, enquadrando também os termos da participação das autarquias locais na concretização deste processo e clarificando que se destina à redução das freguesias, atribuindo à fusão de municípios um caráter voluntário.-----

No entanto, relembre-se que a Carta Europeia da Autonomia Local, subscrita por Portugal, preconiza que **“as autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita”**.-----

Contrariamente, esta lei impõe-se sem qualquer consulta prévia às necessidades e anseios das populações locais, impondo critérios meramente quantitativos e demográficos, estando previamente quantificado na lei o número de freguesias a reduzir e revelando

desconhecimento da importância concreta das freguesias.-----

Neste sentido, **questiona-se mesmo a legitimidade dos eleitos locais para extinguir freguesias**, quando não receberam dos seus eleitores qualquer mandato para esse efeito no âmbito da fusão de freguesias imposta por este diploma legal.-----

A forma como o processo da reorganização territorial tem sido conduzido revela um **profundo desrespeito pelo trabalho desenvolvido pelas autarquias** pois nenhum processo desta envergadura deve deixar de assentar na livre vontade e na livre escolha dos órgãos representativos das freguesias.-----

Ao contrário do que seria desejável, **o Governo avança com esta lei sem a integrar e relacionar com as restantes leis em preparação que configuram um novo regime de democracia local** (lei eleitoral para as autarquias locais, estatuto dos eleitos locais e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias) **e o novo regime de atribuição de competências**, que só serão regulamentados posteriormente, não havendo, até ao momento, consenso sobre os mesmos.-----

Uma verdadeira reforma administrativa territorial autárquica deve pautar-se por **princípios básicos de descentralização e de desconcentração de tarefas, de racionalização, de autonomia e de responsabilidade das organizações**.-----

A verdadeira reforma do Estado tem de começar pela Regionalização.-----

São as **autarquias locais que desempenham um papel crucial para uma efetiva prestação de serviços públicos básicos às populações**, respondendo às suas necessidades e preocupações, sendo que, muitas vezes, são o **único elo de ligação das populações ao Estado**, sobretudo em localidades rurais de pequena dimensão.-----

São as freguesias que têm um **papel inquestionável na coesão social e territorial**, no apoio aos cidadãos e na definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento local.-----

Refira-se ainda que, até ao momento, **não foi apresentado pelo Governo nenhum**



A

h

estudo ou demonstração clara das alegadas vantagens financeiras, administrativas ou qualitativas deste processo, nem mesmo num simples preâmbulo da Lei, limitando-se à enunciação de um conjunto de objetivos e princípios genéricos e vagos, sem qualquer fundamentação.-----

E, contra o que se quer fazer crer, **a redução do número de freguesias não significará uma redução significativa da despesa pública**. A percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%. Pelo contrário, a fusão de freguesias, como está provado, pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública, quer com o aumento do número de autarcas a tempo inteiro ou em regime de meio tempo, quer com o reforço de 15% nas verbas a transferir através do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) para as freguesias voluntariamente “cumpridoras” da lei, quer com a alteração nas estruturas já existentes e que, em muitos casos, precisariam de ser adaptadas.-----

A implementação desta lei conduziria sim a um **enorme prejuízo nas relações de proximidade**, sobretudo nas populações mais desfavorecidas e isoladas.-----

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) rejeitam terminantemente esta reforma, nos termos previstos na Lei 22/2012, tendo-se recusado, inclusive, a nomear representantes para a Unidade Técnica prevista por este diploma legal.-----

Aplicação ao Município de Santo Tirso-----

De acordo com os parâmetros de agregação previstos na lei em vigor, o Município de Santo Tirso foi incluído no **Nível 2** (*município com densidade populacional entre 100 e 1.000hab/km2 e população igual ou superior a 25.000 habitantes*), que obriga a uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e 30% do número de outras freguesias.-----

São 13 as freguesias consideradas em LUGARES URBANOS (população \geq 2000



A

7

habitantes), de acordo com o anexo II da Lei:-----

- Areias-----
- Burgães-----
- Lama-----
- Palmeira-----
- Rebordões-----
- S. Martinho do Campo-----
- S. Miguel do Couto -----
- Santa Cristina do Couto-----
- Santo Tirso-----
- São Tomé de Negrelos-----
- Sequeirô-----
- Vila das Aves-----
- Vilarinho-----

São 11 as **OUTRAS FREGUESIAS**:-----

- Água Longa-----
- Agrela-----
- Carreira (S. Tiago)-----
- Guimarei-----
- Lamelas-----
- Monte Córdova-----
- S. Mamede de Negrelos-----
- S. Salvador do campo-----
- Reguenga-----
- Refojos-----



A

[Handwritten signature]

- Roriz-----

Neste enquadramento, face à aplicação dos parâmetros de agregação estabelecidos na Lei 22/2012, resulta a redução de dez freguesias das atuais vinte e quatro do Município de Santo Tirso.-----

No Município de Santo Tirso tem-se assistido, ao longo dos anos, a uma interação saudável entre o Município e as Freguesias, sendo inquestionável o papel que estas últimas desempenham na resposta às necessidades locais, no desenvolvimento dos territórios e na sua infraestruturação em articulação com a câmara municipal.-----

No trabalho realizado ao longo destes anos pelas Freguesias, podemos e devemos referir, com base numa análise da relação custo benefício económico e social, a importância crucial dos serviços desenvolvidos, designadamente na dinamização de atividades sociais, culturais, desportivas e recreativas, na valorização e preservação do património construído e ambiental, na prevenção e combate a incêndios florestais, no apoio a desempregados, no apoio ao transporte escolar, na emissão da declaração eletrónica de IRS, no apoio aos idosos, entre outros, a juntar às atribuições próprias das freguesias.-----

Cada uma das atuais vinte e quatro freguesias do concelho de Santo Tirso tem características físicas e geográficas que as distinguem das freguesias vizinhas e que importa preservar.-----

Cada uma das atuais vinte e quatro freguesias do concelho de Santo Tirso tem uma identidade histórica, cultural e social a sustentar e defender.-----

Mais ainda, várias das atuais freguesias já foram sede de concelho (São Tomé de Negrelos, Rebordões e Refojos) ou foram mesmo elevadas a Vila pela Assembleia da República (Vila das Aves, desde 1955, São Tomé de Negrelos, S. Martinho do Campo, Rebordões, Vilarinho e Roriz). Este é o melhor testemunho de identidade das freguesias, reconhecido pela própria Assembleia da República, através de leis aprovadas para o efeito. -----

Refira-se ainda que, várias das freguesias do concelho, designadamente Vila das Aves, S. Tomé de Negrelos, Roriz, Lamelas, Água Longa, S. Salvador do Campo, já se manifestaram terminantemente contra a fusão ou agregação de freguesias. A única que, até ao momento, emitiu um parecer favorável à fusão de freguesias, foi a freguesia de Santo Tirso, sendo que nenhuma das outras envolvidas se tenha pronunciado favoravelmente a essa fusão.-----

Fundamentação-----

Nos termos acima expostos, consideramos que a aplicação da reorganização territorial autárquica conforme os critérios impostos pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio, é desajustada às realidades nacional, regional e do concelho, não serve a vontade dos cidadãos e terá consequências muito negativas para o concelho, porque, nomeadamente:-----

a) **Representará um grave atentado à autonomia do poder local democrático** ao afastar dos cidadãos os eleitos locais e os centros de decisão política;-----

b) A diminuição do número de eleitos põe em causa **a representatividade e a pluralidade dos órgãos locais**, afastando os eleitores, fomentando a abstenção, desincentivando os cidadãos de exercerem os seus direitos de cidadania e de serem corresponsáveis pela gestão do espaço que habitam;-----

c) **Contribuirá para fragilizar a estratégia de desenvolvimento local, o ordenamento do território e a coesão territorial** que tem sido seguida pelo Plano Diretor Municipal em articulação com os Planos Plurianuais de Investimentos Municipais dos últimos anos comprometendo o desenvolvimento sustentável;-----

d) **Condicionará ações de desenvolvimento do território** previamente planeadas e algumas já em curso por iniciativa das próprias juntas de freguesia agora visadas nesta reforma. Refira-se que ninguém propôs até agora quais as freguesias a extinguir;-----

e) **Contribuirá para o desequilíbrio do território**, para a perda de coesão territorial e social e para a acentuação de assimetrias ao favorecer o isolamento das populações, afastando-as dos



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

serviços públicos e dos centros democráticos de decisão autárquica, o que pode conduzir à desertificação das pequenas localidades;-----

f) **Retirárá identidade ao território** ao não respeitar a história, a cultura e o património coletivo, diminuindo drasticamente o sentimento de pertença e fragilizando o envolvimento dos cidadãos na comunidade;-----

g) **Retirárá serviços de representação do Estado** que atualmente são prestados **através dos eleitos locais**, sobretudo em localidades rurais, sem que se defina qualquer estratégia a curto prazo para colmatar essas lacunas;-----

h) **Colocará em causa diversos serviços básicos** atualmente prestados às populações em domínios tão vastos como a educação, o apoio social, o emprego, a cultura, o desporto, entre outros;

i) **Afetará a qualidade e a operacionalidade da gestão pública de proximidade**, deteriorando os serviços atualmente prestados às populações;-----

j) **Irá isolar populações**, nomeadamente populações idosas, impedindo-as de aceder a determinados serviços de proximidade que as freguesias e os seus eleitos locais prestam diariamente e que, na grande maioria dos casos, vão muito além das atribuições que lhe são cometidas;-----

k) **Representará um custo acrescido para as populações**, nomeadamente com deslocações para poderem aceder aos serviços dos quais usufruem atualmente;-----

l) **Aumentará a despesa pública** ao implicar a existência de mais eleitos locais a tempo inteiro ou em regime de meio tempo e ao obrigar à criação de novas estruturas tecnicamente suportadas;-----

Entendemos ainda, que a câmara municipal de Santo Tirso deve afirmar o seu apoio e solidariedade às tomadas de posição da ANMP e da ANAFRE sobre este assunto.-----

Proposta-----

Considerando o acima exposto, proponho que a câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da sua competência prevista na primeira parte da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99,



de 18 de setembro, e ainda ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de maio, delibere emitir o seguinte parecer:-----

A) Pronunciar-se favoravelmente à manutenção das atuais vinte e quatro freguesias que integram o território do concelho de Santo Tirso;-----

B) Recusar qualquer extinção, fusão ou agregação de freguesias no concelho de Santo Tirso;-----

C) Propor à assembleia municipal, que no uso da sua competência prevista nas alíneas o) e q) do n.º 1 do artigo 53º da Lei 169/99 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 11º da referida Lei 22/2012, delibere pronunciar-se pela não agregação de quaisquer freguesias do concelho de Santo Tirso;-----

D) Proponho ainda que se dê conhecimento desta deliberação às seguintes entidades:

Ao Exmo. Senhor Presidente da República;-----

À Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República;-----

Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

Ao Exmo. Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;-----

Ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa;--

À Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

À Associação Nacional de Freguesias;-----

À Área Metropolitana do Porto.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos, pelas seguintes razões:-----

Esta proposta é uma não proposta. Não se pode invocar a lei para não cumpri-la.-----



Aliás, a este propósito, as autarquias são o pilar do Estado de Direito, e por isso não podem furtar-se ao cumprimento das Leis da República. Esta proposta, ou esta não proposta, configura, uma clara violação da Lei 22/2012, que refere expressamente que a câmara deve emitir um parecer técnico e sustentado a propósito da agregação. Esta proposta vem no seguimento daquilo que tem sido afirmado pela maioria socialista, sustentado numa única permissa: somos contra, somos contra, somos contra. Os vereadores do Partido Social Democrata não poderiam subscrever uma proposta, ou uma não proposta, com pressupostos generalistas e que não tem em conta as especificidades intrínsecas de cada uma das vinte e quatro freguesias. Os vereadores do Partido Social Democrata não poderiam subscrever esta proposta porque nela está implícito um apelo aos cidadãos para não cumprirem a lei. Não ficaríamos surpreendidos se os munícipes de Santo Tirso seguissem o exemplo da câmara e também dissessem, naquilo que é incomodo, não cumpriremos a lei e, por exemplo, deixassem de pagar as coimas, porque não concordam com elas, deixassem de pagar as taxas, e se sentissem à vontade para prevaricar e deixar de respeitar o quadro legal, fundamento do Estado de Direito.-----

Quem não cumpre a lei, não pode exigir que os outros a cumpram. Em relação à matéria em concreto, este não parecer da câmara municipal constitui uma total e inaceitável desresponsabilização. Ou seja, a câmara prefere que seja a Unidade Técnica sediada em Lisboa a proceder ao processo de agregação, e expor as freguesias a um processo que não tenha em conta algumas das suas especificidades e até afinidades com freguesias vizinhas. A maioria socialista preferiu, como Pilatos, “lavar as mãos” deste processo. Os vereadores do Partido Social Democrata não poderiam ainda assim subscrever esta proposta porque ela vai ter consequências graves para o concelho, já que a não pronúncia ou a sua desconformidade, impedem que o concelho possa beneficiar de uma redução de 20% do número de freguesias a agregar (duas).-----

Além disso, uma outra consequência não menos importante, será aplicada às freguesias que a Unidade Territorial, por força da lei, venham a ser agregadas, que ficarão impedidas, nos

próximos oito anos, de receber numa majoração de 15% de FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias). Os vereadores do Partido Social Democrata, com a devida oportunidade, alertaram a câmara para as consequências da não pronúncia ou da ausência de parecer. Fizeram-no na reunião de vinte e sete de junho último, e posteriormente na reunião de doze de setembro, onde apresentaram uma proposta que foi chumbada pela maioria socialista e que visava que a assembleia municipal solicitasse à Assembleia da República a majoração de 20% prevista na Lei 22/2012. Os vereadores do Partido Social Democrata não poderiam subscrever uma proposta, ou uma não proposta, que penaliza fortemente o concelho de Santo Tirso e os seus cidadãos. Por último, não podemos deixar de citar o ex-ministro Silva Pereira que recentemente afirmou que nas negociações com a Troika estava prevista uma extinção de cerca de 2/3 dos órgãos autárquicos de freguesia e lembraram que sob a orientação do referido ex-ministro todas as matérias plasmadas no memorando dito da Troika foram negociadas e acordadas pelo Governo anterior”.

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:

“Votamos favoravelmente pelas razões expostas na proposta hoje apresentada e ainda votamos também favoravelmente pelas razões expostas nas reuniões da câmara municipal de Santo Tirso de vinte e sete de junho de dois mil e doze e de doze de setembro de dois mil e doze.

Nós apresentamos uma proposta contra a fusão das freguesias de Santo Tirso que é completamente injustificável com base na proposta apresentada.

Nós votamos pela manutenção das vinte e quatro freguesias.

E o que fez o Partido Social Democrata?

Absteve-se “lavando, isso sim, as mãos como Pilatos”

E que mais fez, na lógica de que o Partido Social Democrata defende para Santo Tirso a fusão das freguesias?

Não fez nada nesta câmara.

Não propôs nada nesta câmara.-----

Tendo andado pelo concelho a vender ilusões pelas freguesias de que estas não seriam fundidas, na hora da verdade, não apresentou nenhuma proposta concreta.-----

O Partido Social Democrata limitou-se a dizer generalidades, banalidades e asneiras como a de que “as autarquias são o pilar do estado de direito”!!!-----

O que o Partido Social Democrata aqui deixou foi tão somente as ameaças como as que vimos ser transmitidas desde que apareceu o mal denominado Documento Verde do qual somente, para já, resiste a lei 22/2012 depois de ter caído a lei eleitoral autárquica e depois de ter sido adiado o novo Regime das Atribuições e Competências das Autarquias e Entidades Intermunicipais que tão criticados foram pelo insuspeito Presidente da Junta Metropolitana do Porto e da Câmara do Porto.---

A matriz desta legislação de reorganização do território é a de chantagem e de ameaça pela não pronúncia, pela falta de parecer, de não majoração do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias).-----

A matriz do Partido Social Democrata é de que deveria haver proposta para haver menos duas freguesias a agregar ou fundir mas, o Partido Social Democrata nem sequer diz quais as duas freguesias que desaparecem.-----

Pois claro, absteve-se, “lavou as mãos como Pilatos”.-----

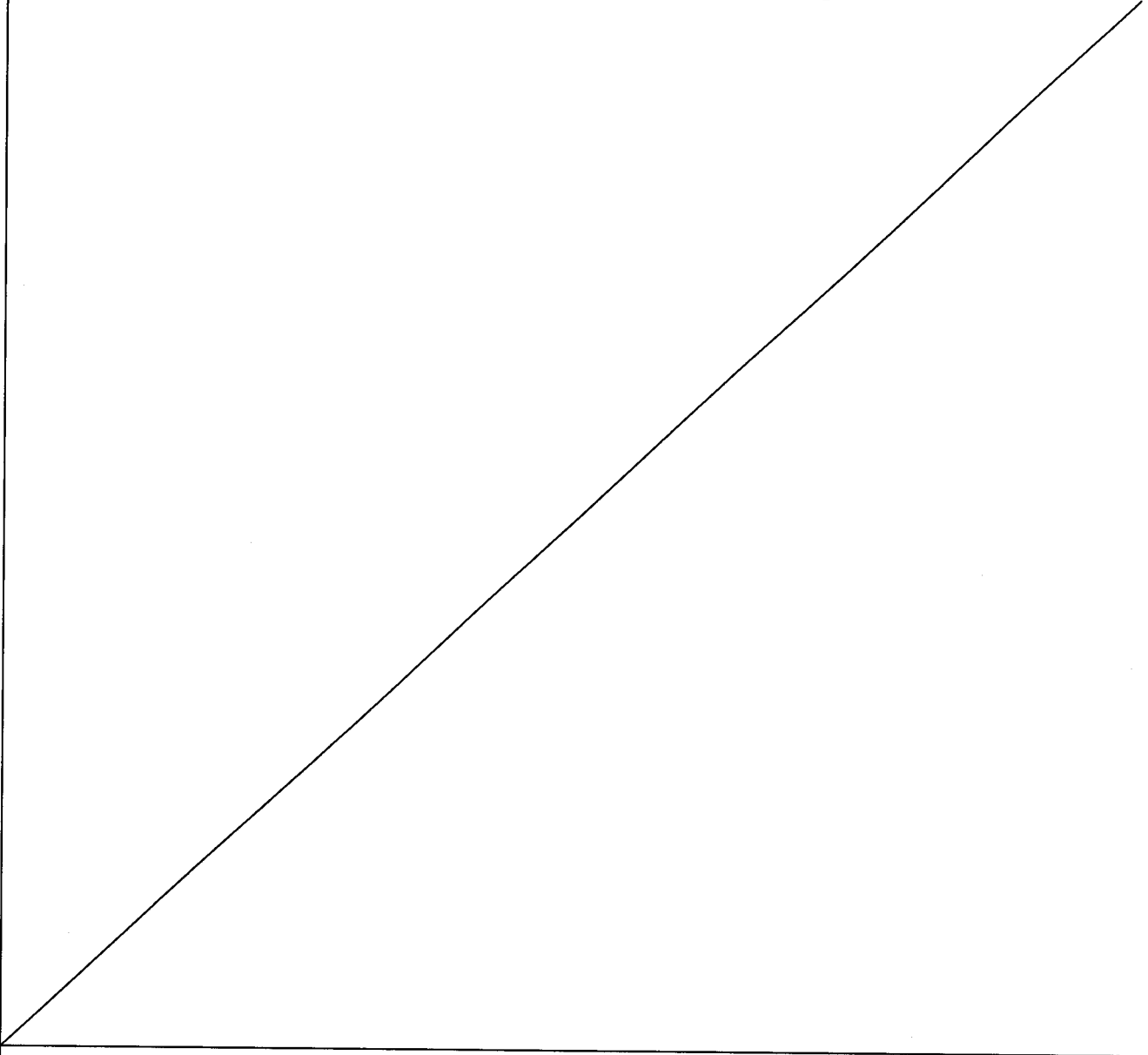
Sob a capa da tentativa de nos dar uma lição de direito o Partido Social Democrata de Santo Tirso esquece-se que a posição que adotamos é idêntica à de muitas outras propostas de municípios por todo o país, incluindo municípios do Partido Social Democrata. E que se saiba não puseram em causa o Estado de Direito. A única coisa que receberam foram ameaças do Poder Central de que os senhores vereadores do Partido Social Democrata são interpretes maiores, “mais papistas que o Papa”.-----

A adoção de terminologias tipo “non paper” revelam a falta de justificação para um voto que sendo de abstenção nem merece, ou deve, ter declaração.-----



O Partido Social Democrata ao procurar alertar os outros para os problemas que eventualmente podem surgir esquece-se que a grande culpada de tudo isto é a maioria PSD/CDS-PP que ao aprovar a lei 22/2012.-----

Conseguiu que os organismos representativos das freguesias (ANAFRE) e câmaras municipais (ANMP) se tivessem unido contra a lei e tivessem recusado integrar a Unidade Técnica tal como todos os restantes partidos representados na Assembleia da Republica”.-----



Votamos contra a proposta apresentada pelas razões a seguir discriminadas:

Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

Desde a publicação do Documento Verde, a 26 de Setembro de 2011, que nos preocupa o perigo resultante da implementação desta falsa lei da reforma da administração local. Uma verdadeira reforma deveria ter em consideração a identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica das diferentes freguesias, procuraria convergir e não fazer divergir o Poder Central e o Poder Local.

A Lei que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, a Lei 22/2012, de 30 de Maio, já em vigor, impõe a obrigatoriedade desta reorganização. O governo intima a administração local a propor uma redução nas freguesias, de forma precipitada, em pouco tempo, com o argumento de satisfazer os interesses da *troika*, e num processo pouco ou nada democrático. Acrescente-se a ameaça implícita de que se não o fizerem, a freguesia criada por agregação, não receberá uma benesse financeira de 15% sobre o valor do FFF no mandato seguinte. Por outro lado, na ausência de propostas, a alteração será levada a cabo pela polémica Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, sem quaisquer benefícios e sem ter em conta a realidade local.

Os edis eleitos enquanto inscritos nas listas do PS manifestam a sua discordância face a esta reorganização administrativa territorial autárquica em curso, fundamentando-se nos seguintes aspectos:

1. Contra o que se quer fazer crer, a redução do número de freguesias não significará uma redução significativa da despesa pública. É bom que se saiba que a percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%, o que demonstra bem o caricato de procurar reduzir despesa onde esta é já reduzidíssima. Pelo contrário, a fusão de freguesias, como está provado, pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública. Refira-se que, actualmente, a maioria dos executivos locais eleitos não auferem um vencimento pelo seu inestimável trabalho, muitas vezes de cariz voluntário.

Com a agregação de freguesias, aumentará o número de políticos profissionalizados, acarretando um aumento significativo de custos.

2. Esta Lei proclama nos seus objectivos a “promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local” e “a melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade, prestados pelas freguesias às populações”, quando na verdade, a agregação de freguesias é contrária ao desenvolvimento e progresso local. Agregar freguesias significa eliminar a proximidade entre o poder local eleito e os cidadãos, afastando as populações dos centros de decisão, reduzindo a participação pública e retirando força à defesa dos interesses locais. Com a agregação de freguesias, o poder fica mais concentrado e distante das populações.
3. As juntas de freguesia sempre desenvolveram um trabalho de proximidade, o que facilita o acesso a serviços públicos essenciais. A quebra dessa relação de proximidade e de confiança terá impacto direto na vida das pessoas, afectando a resolução imediata de problemas do quotidiano.
4. Note-se que muitos dos atuais dirigentes locais se dedicam ao trabalho voluntário noutras instituições locais de apoio comunitário, pelo que, com esta reorganização, poderão ver-se obrigados a reduzir ou até a terminar este envolvimento ativo.
5. Em Santo Tirso não há qualquer razão válida para a redução do número de freguesias no concelho, uma vez que têm uma identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica bem definida que as sustenta. A própria Assembleia da República o reconheceu ao elevar a Vila, recentemente, várias das nossas freguesias que agora quer extinguir, nomeadamente S. Tomé de Negrelos, Roriz, Rebordões, S. Martinho do Campo e Vilarinho.

Este Governo do PSD e do CDS está a fazer o maior ataque à autonomia do Poder Local em Portugal como o reconheceu recentemente o Conselho Geral da ANMP, com representantes de todos os partidos. Mais, a ANMP tal como a ANAFRE, assumiram publicamente que não enviarão representantes à recém criada Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território. De fora desta Unidade colocam-se também os deputados socialistas e de outros partidos da assembleia da república, por discordarem da metodologia e da solução adotada. Isto afere da irresponsabilidade de uma legislação onde os representantes máximos das freguesias e dos municípios neste

país entendem não dever participar numa “fantochada mais troikista que a própria troika”.

Qualquer decisão que a assembleia municipal apresente, não tem carácter vinculativo e a lei impede que a câmara municipal envie diretamente uma proposta à Assembleia da República e muito menos as freguesias cujo parecer é completamente desconsiderado. Já várias freguesias do Concelho de Santo Tirso entenderam tomar posição pública, nomeadamente Vila das Aves, S. Tomé de Negrelos, Roriz, S. Salvador do Campo, etc. e muitas mais o farão nos próximos tempos, tal é o seu descontentamento com esta reorganização.

Enquanto o governo nos obriga a esta falsa reforma da administração local, os verdadeiros problemas de Portugal não são resolvidos (desemprego, educação, saúde, justiça, segurança social, etc. etc.). Se se quer uma verdadeira reforma da administração local, envolvam-se todos os intervenientes, questionem-se as populações, definam-se as novas competências do Poder Local, avance-se de forma séria com a regionalização e com verdadeiras políticas de proximidade. Infelizmente temos apenas assistido a políticas de afastamento da população de sectores essenciais como a saúde, a educação e a justiça.

Recordamos a nossa posição assumida sobre este mesmo assunto em Reunião da Câmara Municipal de 27 de junho de 2012.

Recentemente a coligação do governo PSD/CDS-PP, não conseguiu chegar a acordo quanto à nova proposta da Lei Eleitoral Autárquica, o que “parte pela espinha” a Reforma da Administração Local apresentada pelo Governo. Recorde-se também que está suspenso para já o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais.

Razões pelas quais os edis eleitos enquanto inscritos na lista do PS manifestam a sua opinião frontalmente contra a proposta de agregação das freguesias vigente nesta lei.

P.S. Em anexo a nossa declaração de 27 de junho de 2012.



Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi dito:-----

“Há muitos meses que vimos chamando a atenção dos munícipes do concelho de Santo Tirso para o perigo que poderia representar para Portugal, e para Santo Tirso, a aprovação da falsa Reforma da Administração Local, vulgo “Documento Verde”, apresentada em vinte e seis de setembro de dois mil e doze.-----

Começamos por reafirmar que uma verdadeira reforma terá de começar pela regionalização e não pelo ataque ao elo mais fraco do poder local, as freguesias.-----

Recordo também que o memorando da Troika foi assinado pelo Governo e também pelo PSD e pelo CDS.-----

E recordo ainda que quem afirmou que a Troika entendia que o conceito de freguesia era confundido com o conceito de município na proposta apresentada foi o insuspeito presidente da ANAFRE que nunca foi desmentido pela Troika. Todos sabemos que Portugal é um país singular onde existem a freguesia – autarquia e o município – autarquia. Ora este modelo não existe em muitos países da Europa como a Espanha, com mais de oito mil municípios, ou a França, com mais de trinta mil municípios.-----

Ora esta versão da Troika foi também confirmada pelo insuspeito presidente da ANMP depois de uma reunião havida entre representantes das duas entidades.-----

É bom que se saiba que a percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%, o que demonstra bem o caricato de procurar reduzir despesa onde esta é já reduzidíssima.-----

Recordo que quando os senhores vereadores falam do ex-secretário de estado da administração local esquecem-se que este se limitou a abrir o debate sobre o assunto na generalidade sem apresentar qualquer proposta precipitada que já vai na enésima alteração fruto das pressões políticas conjunturais oriundas de todos os setores incluindo o próprio partido que está na base de

uma proposta que foi feita a correr e não acautelou o futuro e originou os protestos público que conhecem (Congresso da ANAFRE de dezembro/2011, manifestação nacional com duzentas mil pessoas, manifestações distritais e mais recentemente manifestações concelhias).-----

Introduziu-se na discussão um tema fraturante que só veio criar divisões entre o Poder Central e o Poder Local e veio extremar posições quando os verdadeiros problemas de Portugal não são resolvidos (desemprego, educação, saúde, justiça, segurança social, etc. etc.).-----

As posições que sempre defendemos em Santo Tirso é que não há qualquer razão para a redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso. As freguesias em Santo Tirso têm identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica.-----

Fundir ou extinguir freguesias é um erro histórico em Santo Tirso que não tem qualquer impacto ao nível da redução da despesa pública, que não é tudo. Pelo contrário a fusão de freguesias como está provado pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública.-----

Desde outubro de dois mil e onze que vimos afirmando isto publicamente sem qualquer reação por parte dos senhores vereadores do PSD que pelo que ouvimos são pela redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso.-----

Pelo que supomos parecer que a Unidade Técnica político-partidárias do PSD já está a justificar as razões de defesa da proposta governamental que, possuindo bases tão pouco sólidas, necessita destes apoios tão pouco fundamentados.-----

Os senhores vereadores do PSD falam muito da Unidade Técnica da proposta de lei só não dizem das razões pelas quais a mesma não foi ainda institucionalizada e vamos recordar o que está a acontecer. Em primeiro lugar a Presidente da Assembleia da República recusou-se a nomear a referida Unidade e defende a eleição em plenário e por outro, mais grave, a ANAFRE recusa-se a nomear o seu representante na Unidade Técnica e a ANMP decidiu ontem mesmo no seu Conselho Diretivo não nomear ninguém para a referida Unidade Técnica.-----

Isto afere da irresponsabilidade de uma legislação onde os representantes máximos das

freguesias e dos municípios neste país entendem não dever participar numa “fantochada mais troikista que a própria troika”.-----

Por isso mesmo já várias freguesias entenderam tomar posição pública em Santo Tirso.---

E não foi só a Vila das Aves cuja assembleia de freguesia refutou por unanimidade a fusão com qualquer outra freguesia.-----

Também outras freguesias como S. Tomé de Negrelos, Roriz, etc. etc decidiram tomar posições públicas contra a fusão. Como se compreende que freguesias elevadas a Vilas pela Assembleia da República venham agora a ser extintas num processo que nada tem de Reforma Administrativa?-----

Se se queria a redução da despesa da Administração Local deveria então avançar-se para a redução do número de municípios. Como se compreende que o PSD venha agora falar em redução de freguesias quando há pouco mais de dez anos aprovou na Assembleia da República a divisão do concelho de Santo Tirso em dois concelhos numa decisão que foi considerada ilegal pelos tribunais e pelo próprio Tribunal Constitucional?-----

Uma decisão ilegal que o próprio PSD quis fazer avançar para Canas de Senhorim e depois recuou.-----

Que moralidade política tem o PSD quando vem contrapor com fatores de majoração e possibilidades de benefícios quando os órgãos eleitos não têm peso nenhum na decisão nem a assembleia municipal, em que o parecer não é vinculativo, nem a câmara municipal que não pode enviar diretamente nenhuma proposta à Assembleia da República e muito menos as freguesias cujo parecer é completamente desconsiderado.-----

Este Governo do PSD e do CDS está a fazer o maior ataque à autonomia do Poder Local em Portugal como o reconheceu recentemente o Conselho Geral da ANMP, com representante de todos os partidos, que tendo em conta a recente legislação sobre os compromissos, os cortes no QREN e muitas outras medidas de ataque ao Poder Local decidiu convocar um Congresso

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 13 Fl. 18 ²⁷
27 de junho de 2012

Nacional para setembro onde os municípios e as freguesias vão poder defender e apresentar, mais uma vez, propostas concretas para:-----

- Autonomia do Poder Local;-----
- Lei das Finanças Locais;-----
- Reorganização Territorial do Estado.”-----



3. RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 79-A/2012, DE 25 DE SETEMBRO: DECISÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL FACE À PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO SANTO THYRSO.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Por deliberação da assembleia municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e seis (item dois da respetiva ata) e na sequência de proposta aprovada pela câmara municipal em reunião ordinária de treze do mesmo mês (item nove da respetiva ata), e com a fundamentação constante da respetiva deliberação da câmara municipal, foi autorizado o município a criar uma fundação de direito privado, denominada Fundação de Santo Thyrsos e aprovados os respetivos estatutos;-----

De acordo os estatutos da Fundação, que foi constituída por escritura pública celebrada no Notariado Privativo desta câmara municipal, em vinte e oito do mesmo mês de setembro, tendo sido reconhecida como Fundação pelo despacho n.º 9127/2008, de 7 de março, do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República, 2ª série, de 28 de março;-----

De acordo com o artigo 4º dos respetivos estatutos, a Fundação tem por finalidades:-----

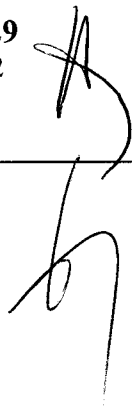
“a) a constituição de uma estrutura que visa apoiar técnica e cientificamente a comunidade empresarial, de modo a contribuir para a respetiva modernização e desenvolvimento, através da inovação.-----

b) promover, desenvolver e apoiar atividades de natureza cultural, educativa, recreativa, social e ambiental.-----

2- Para a prossecução dos seus fins, a Fundação pode, designadamente:-----

a) Constituir e gerir parques tecnológicos e centros de incubação de empresas de base tecnológica;-----

b) Promover e apoiar atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) que incidam maioritariamente sobre as falhas de mercado, debilidades e défices estruturais ao nível



da oferta de serviços técnicos e tecnológicos;-----

c) Desenvolver e apoiar ações de formação de recursos humanos;-----

d) Realizar atividades de valorização e divulgação de resultados de (I&DT) e concretizar a sua implementação no ramo empresarial;-----

e) Apoiar a criação ou atuação de unidades de investigação aplicada e de núcleos empresariais de tecnologias avançadas e participar na sua constituição;-----

f) Apoiar as instituições locais na prossecução e fomento de uma política de ciência e tecnologia, ambiental, cultural e social;-----

g) Promover, desenvolver e apoiar a execução de infraestruturas necessárias à execução dos seus fins, nomeadamente, compra e venda e a construção de imóveis, arrendamento, aluguer, cessão e concessão de exploração.-----

h) Desenvolver atividades educativas, culturais e sociais".-----

Desde a sua criação que a Fundação de Santo Thyrsos tem vindo a prosseguir a sua atividade, que se considera de relevante interesse municipal;-----

Entretanto, foi publicada a Lei 1/2012, de 3 de janeiro, que determinou a realização de um censo dirigido às fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a avaliar o respetivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção, sobre a continuação, redução ou cessação dos apoios financeiros concedidos, bem como sobre a manutenção ou cancelamento do estatuto da utilidade pública;-----

A Fundação de Santo Thyrsos respondeu ao questionário previsto no n.º 1 do artigo 3º daquela lei e o município de Santo Tirso disponibilizou os elementos de que dispunha sobre a Fundação, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4º da dita lei;-----

Nessa sequência, a câmara municipal de Santo Tirso foi notificada, por e-mail do dia vinte e seis de julho último, proveniente da Secretaria de Estado da Administração Pública, assinado pelo Secretário de Estado Helder Rosalino, do despacho proferido sobre a informação n.º 452-2012,



resultado da avaliação do GTAF, Grupo de Trabalho para Avaliação das Fundações, despacho esse que concordou com as propostas naquela informação, e que propôs a extinção da Fundação de Santo Thyrsó, o qual foi publicado no Portal do Governo no dia dois de agosto.-----

Usando da faculdade que lhe foi conferida pela mesma notificação solicitou a câmara municipal de Santo Tirso reunião técnica com o GTAF, que se realizou no dia três do mesmo mês de agosto, e na qual foram expostas as razões que levaram a câmara municipal a apresentar em sete de agosto a contestação à referida avaliação.-----

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º79-A/2012, de 25 de setembro, é confirmada a proposta formulada *“nos termos e para os efeitos previstos nos n. 6 e 7 do artigo 5º da Lei n.º1/2012, de 3 de janeiro, para as fundações em cuja criação ou financiamento participam as Regiões Autónomas e as autarquias locais constantes dos anexos III e IV à presente resolução e da qual fazem parte integrante”*.-----

No que ao município de Santo Tirso diz respeito, consta da alínea a) do referido anexo IV a proposta de extinção da Fundação Santo Thyrsó.-----

Nos termos do n.º 7 do artigo 5º da Lei n.º 1/2012, o órgão competente tem dez dias para elaborar a decisão final.-----

Neste enquadramento e com base na fundamentação que se segue, que consta da contestação apresentada à Secretaria de Estado da Administração Pública, que não mereceu qualquer resposta, nem sobre a qual foram ouvidas quaisquer das testemunhas indicadas,-----

PROPONHO:-----

Que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na parte inicial da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponha à assembleia municipal que no uso da sua competência própria prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e q) do n.º 1 e l) do n.º 2 do artigo 53º da mesma Lei 169/99, delibere manter a sua

decisão de autorização do município para criar a Fundação de Santo Thyrsó, decidindo, consequentemente, a sua manutenção.-----

FUNDAMENTAÇÃO CONSTANTE DA CONTESTAÇÃO APRESENTADA À SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-----

I- Da ausência de audiência dos interessados:-----

A lei nº 1/2012, de 3 de janeiro, que determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder a uma avaliação do respetivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção, *não é mais do que um procedimento administrativo que visa a extinção de fundações.*-----

Pelo que, salvo melhor opinião, aplicar-se-á ao caso concreto as disposições do Código de Procedimento Administrativo, em específico, o disposto nos artigos 100º e seguintes, quanto à obrigatoriedade da audiência dos interessados.-----

E, no caso, os interessados são: o Município de Santo Tirso, a própria Fundação de Santo Thyrsó e os fundadores particulares.-----

Aliás, o princípio do contraditório é constitucionalmente consagrado (Art. 267º da Constituição da República Portuguesa), e preenche o núcleo essencial de qualquer estado de direito democrático, como é o nosso.-----

Ou dito de outra forma, a avaliação efetuada pelo Ministério das Finanças está obrigatoriamente sujeita ao contraditório, sob pena de todo o procedimento, independentemente da sua natureza legislativa ou administrativa, estar ferido de inconstitucionalidade ou nulidade, que aqui expressamente se invoca.-----

II- Defesa:-----

Ao abrigo da Constituição da República Portuguesa e do disposto no Código de Procedimento Administrativo, o município de Santo Tirso, em relação à avaliação do Ministério das

Finanças, apresenta a sua DEFESA:-----

A- Da contestação à avaliação efetuada pelo Grupo de Trabalho para Avaliação das Fundações, à Fundação de Santo Thyrsó.-----

A análise à Ficha de Avaliação da Fundação de Santo Thyrsó, tendo em conta a Matriz de Avaliação e respetivos critérios, subcritérios, indicadores, ponderações e pontuações, permitiu detetar cinco pontos de discordância que a seguir contestamos:-----

Ponto 16 – Percentagem dos apoios Financeiros Públicos em relação ao total de proveitos (2008 a 2010):-----

Conforme consta na Resposta ao Ponto 16. do Censo, o único apoio público recebido no período consistiu numa comparticipação, através do IAPMEI, ao investimento efetuada em 2008 e aprovada ao abrigo da Candidatura à Medida 5.1 – Dinamização dos Sistemas Tecnológico, da Formação e da Qualidade – Criação de Novas Infraestruturas do PRIME, para lançamento do Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica.-----

Trata-se de um apoio exclusivamente COMUNITÁRIO, pelo que, a dependência de apoios financeiros públicos nacionais é ZERO.-----

Mesmo que assim não se considere, este apoio foi imputado a proveitos extraordinários nos respetivos exercícios de acordo com as regras contabilísticas.-----

O cálculo deste rácio, com base na informação constante no Anexo A - Relatórios de Gestão e Contas relativos ao triénio - conduz a um valor de 57%, diferente dos 67,6% considerados na avaliação e, por isso, inferior aos 65% apontados como um dos fundamentos para a proposta de extinção.-----

Subcritério 2.2. (1.2. do Anexo 1).-----

A resposta dada às questões do nº 18 do Censo, “*existem entidades no sector público que desenvolvem atividades congéneres ou afins?*” e “*existem entidades no setor privado que desenvolvem atividades congéneres ou afins?*” foi “não”.-----



Esta resposta teve em consideração o âmbito de intervenção municipal da Fundação previsto nos Estatutos (ver desenvolvimento no ponto 3) e na verdade, no concelho de Santo Tirso não existe qualquer entidade, pública ou privada, que desenvolva atividades congêneres ou afins.-----

Por este motivo, consideramos que a classificação a atribuir a este ponto deverá ser “100” e não “0”.-----

Subcritério 3.2. (2.2. do Anexo 1)-----

No quarto fator do índice composto para avaliação do subcritério 3.2 deverá ser atribuída a pontuação 100 em vez de 25, pois que, o rácio entre os apoios recebidos (soma dos proveitos extraordinários) e os custos totais é de 44%, inferior a 50%.-----

Assim, a pontuação do índice composto passa de 58,75 para 77,5.-----

Subcritério 4.2. (3.2. do Anexo 1)-----

No primeiro fator para o cálculo do índice composto relativo a este subcritério, consideram-se os apoios concedidos iguais aos apoios previstos, **pelo que sendo o resultado do rácio igual a “1”, deverá ser atribuída a pontuação de 50 pontos.-----**

Com efeito, os apoios concedidos em 2010 resultam da imputação a proveitos extraordinários da correspondente parcela do incentivo concedido em 2008 e são, por esse motivo, iguais aos apoios previstos, uma vez que não houve qualquer outro apoio.-----

Também no segundo fator, considerando os apoios recebidos como os proveitos extraordinários decorrentes do incentivo ao investimento nos três anos e dividindo este valor pela soma dos proveitos totais nesse período, **chega-se a um rácio de 57%.-----**

Assim, de acordo com a grelha de avaliação, deveria ser atribuída a pontuação de 25 pontos, sendo a pontuação final do índice composto igual a 35 e por consequência, a pontuação no subcritério deverá ser “25” em vez de “0”.-----

Subcritério 4.4. (3.4. do Anexo 1)-----

A resposta dada à questão 8 do inquérito sobre a nomeação dos membros do órgão de

administração resultou de um erro de interpretação que agora pretendemos corrigir e, consequentemente, reavaliar este ponto.-----

Com efeito, prevê-se no artigo 11º dos Estatutos da Fundação que o Conselho Executivo é constituído pelo presidente e por dois vogais, sendo estes designados pelo Conselho de Fundadores, sob proposta do presidente da Fundação.-----

De acordo com o art.º 8.º dos mesmos estatutos, o presidente da Fundação será a pessoa que exercer igual cargo na câmara municipal de Santo Tirso.-----

Da conjugação destes dois artigos infere-se que os órgãos de administração são totalmente nomeados por uma entidade pública.-----

Desta forma a pontuação a atribuir ao primeiro fator do índice composto deveria ser "100". Pelo mesmo motivo, no 2º fator do índice composto, a pontuação deverá ser de "25".-----

Chega-se assim a uma pontuação do índice composto de 70, pelo que a classificação no subcritério deverá ser "50" em vez de "0".-----

Pelo que, a aceitação das argumentações acima apresentadas conduz a uma pontuação final de 56,5 em vez de 44,7.-----

B- Da falta de definição e valoração prévia dos critérios de avaliação e de decisão:--

Toda e qualquer avaliação deve obedecer a critérios e valoração previamente estabelecidos.-----

Além disso, devem estar previamente definidos os critérios de decisão.-----

No caso, toda a grelha de avaliação foi fixada posteriormente e sem o conhecimento dos interessados.-----

Por outro lado, não foram fixados e não foram comunicados os critérios de decisão.-----

Em abono da verdade, ninguém sabe qual o critério fixado para a decisão de extinção das fundações.-----

Sucedem que, toda a conduta da administração pública, incluindo a do Ministério das



Finanças, deve respeitar os princípios da certeza, abstração e imparcialidade.-----

Assim sendo, parece evidente que a avaliação efetuada e proposta de extinção violam tais princípios e como tal devem ser consideradas nulas.-----

C- Da falta, insuficiência e errada fundamentação da proposta:-----

A proposta consiste na extinção da Fundação de Santo Thyrsó, com a reversão do património e atribuições para a câmara municipal de Santo Tirso; ou transferência das atribuições para a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso (ACIST).-----

Tal proposta tem a seguinte fundamentação:-----

a) Os fins prosseguidos e a natureza das atividades desenvolvidas;-----
b) A existência de outros serviços públicos que desenvolvem atividades idênticas ou congêneres;-----

c) A dependência do financiamento público, superior a 65%, no triénio;-----

d) Tem previsão de reversão do património em caso de extinção.-----

Análise de cada um dos fundamentos:-----

a) Fins prosseguidos e natureza das atividades desenvolvidas:-----

A Fundação de Santo Thyrsó é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada por iniciativa do município de Santo Tirso, constituída em vinte e oito de setembro de dois mil e seis, com as finalidades de *“apoiar técnica e cientificamente a comunidade empresarial, de modo a contribuir para a respetiva modernização e desenvolvimento, através da inovação”* e de *“promover, desenvolver e apoiar atividades de natureza cultural, educativa, recreativa, social e ambiental”*.-----

A criação da Fundação de Santo Thyrsó surge na sequência da falência em mil novecentos e noventa e passagem de parte das antigas instalações da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso para a propriedade do município de Santo Tirso.-----

Fundada em 1898, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso constitui uma referência incontornável na memória coletiva de Santo Tirso, um espaço fundamental na compreensão da



história da cidade e do seu desenvolvimento. Localizada na margem esquerda do Rio Ave e próxima do centro da cidade, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso foi uma das mais emblemáticas fábricas do Vale do Ave, coração da Indústria Têxtil e do Vestuário português, tendo empregado nos seus tempos áureos mais de mil trabalhadores. Por este motivo existe ainda hoje uma forte ligação sentimental da população para com aquele espaço.-----

É neste espaço, de elevado simbolismo, que está a ser concretizado um importante processo de regeneração urbana traduzido no desenvolvimento de um Quarteirão Cultural e Criativo e de desenvolvimento de negócios inovadores, agora designado “Fábrica de Santo Tirso”.-----

A requalificação da Fábrica de Santo Tirso enquadra-se numa intervenção de regeneração urbana mais alargada que visa tornar as frentes ribeirinhas do rio Ave um espaço de sociabilidade e fruição para todos os habitantes, turistas e visitantes de Santo Tirso, ao qual se associa a promoção de atividades culturais e económicas, criativas, urbanas, inovadoras e diferenciadoras.-----

O primeiro passo para a regeneração da Fábrica foi dado com criação da Fundação de Santo Thyrsó e o lançamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica nas instalações da antiga sede administrativa da empresa.-----

Ainda com um curto historial e em fase de crescimento e consolidação da atividade, a Incubadora apoiou desde 2009 o lançamento de catorze (14) empresas inovadoras de base tecnológica, com a consequente criação de mais de cinquenta (50) postos de trabalho altamente qualificados.-----

A Incubadora integra desde o início a Portus Park - Rede de Parques de Ciência e Tecnologia da Região Norte, com fortes ligações às Universidades e outras infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, além de promover a ligação entre as empresas instaladas e o tecido empresarial envolvente, assumindo por isso um papel relevante na reconversão do tecido económico da Região, no desenvolvimento económico e fixação de mão-de-obra qualificada numa região em fase de reconversão do modelo económico, altamente fustigada pela crise da Indústria



têxtil e encerramento de inúmeras unidades industriais e consequente aumento da taxa de desemprego.-----

Perspetiva-se, com o desenvolvimento e consolidação do Projeto do Quarteirão Cultural da Fábrica de Santo Tirso, um reforço da atividade da Fundação e alargamento da sua esfera de atuação a atividades de natureza cultural, educativa, recreativa, social e ambiental, conforme preconizado no seu objeto social, o que se mostra de relevante interesse municipal, nomeadamente se atendermos à atual conjuntura económica.-----

Na verdade, o reforço dessas atividades terá necessariamente consequências ao nível do desenvolvimento económico do concelho.-----

Considera-se por isso que a Fundação tem no seu curto historial prosseguido com os fins que motivaram a sua constituição e que estes são de elevada relevância para a população e para o desenvolvimento do Concelho de Santo Tirso. Só a Fundação permite um envolvimento da sociedade civil no projeto de regeneração urbana da Fábrica de Santo Tirso, tornando-o participado e enriquecendo o património da Fundação através da adesão de novos parceiros. Esta gestão participada é a que melhor se coaduna a um projeto multissetorial como o da Fábrica de Santo Tirso.-----

b) Existência de outros serviços públicos que desenvolvem atividades idênticas ou congêneres:-----

Como primeira nota, não foram identificados os outros serviços públicos, pelo que, o contraditório torna-se impossível.-----

Contudo:-----

Dos fins da Fundação definidos no artigo 4º dos estatutos, já acima transcrito, a Fundação está efetivamente a desempenhar os referidos na alínea a) daquele artigo 4º ao gerir a incubadora de base tecnológica, em funcionamento na “Fábrica de Santo Tirso” e ao integrar a comissão instaladora da incubadora de moda e design, IMOD.-----



O desenvolvimento do projeto da Fábrica de Santo Tirso, sob o conceito de Quarteirão Cultural, que aliará às funções de promoção, apoio ao desenvolvimento económico e atividades de investigação e desenvolvimento, atividades de natureza cultural, educativa, recreativa, social e ambiental exigirá a assunção das competências definidas na alínea b) do artigo 4º dos seus estatutos.-

O exercício destas competências extravasam claramente as atribuições dos municípios nos termos do definido na lei 159/99, de 14 de setembro e as competências dos órgãos do município, nos termos definidos na lei 169/99, de 18 de setembro.-----

Também nas competências aprovadas por despacho do presidente da câmara municipal de 28 de dezembro de 2010, ratificado por deliberação da câmara municipal de 12 de janeiro de 2011, e publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 16, de 24 de janeiro de 2011, definidas para a estrutura flexível do município denominada Divisão de Desenvolvimento Económico, na qual se integra o Gabinete de Apoio ao Investidor, citada na avaliação como estrutura passível de assumir as atribuições da Fundação, não estão consignadas as funções de gestão e dinamização de processos desta natureza.-----

Cabe-lhe apenas neste âmbito **“o acompanhamento e orientação e enquadramento de promotores e projetos de interesse para o município.”** Ora a gestão das incubadoras de base tecnológica e de negócios criativos, em processo de instalação, exigem um envolvimento ativo com o tecido empresarial local, articulando-o com as instituições do sistema científico e tecnológico nacional e com outras incubadoras e experiências nacionais e internacionais, atividade esta que não se ajusta às atribuições municipais nem ao modo organizacional do município.-----

Quanto à ACIST, (Associação Comercial e Industrial do concelho de Santo Tirso) para além de não ser parceira neste projeto, não se lhe conhecem atividades, competências e experiência que, nesta matéria, permitam substituir as, até agora, desempenhadas pela Fundação de Santo Thyrsso com evidentes resultados positivos.-----

A Fundação é a única entidade que permite ao Município, de forma altruísta, impulsionar



o renascimento do tecido empresarial do concelho, com a participação ativa dos particulares, nomeadamente, empresários, universidades, institutos, etc.-----

Tal não será possível no seio da Câmara Municipal ou da ACIST.-----

c) Dependência do financiamento público superior a 65% no triénio:-----

Os considerandos referidos na fundamentação e o rácio nº 16 do ponto 1 – caracterização geral – indiciam que o valor dos “apoios financeiros públicos recebidos” no período 2008 a 2010 foi determinante para o sentido da proposta – extinção.-----

Como primeira nota, importa saber o que são apoios financeiros públicos ou melhor, importa saber se os apoios financeiros comunitários devem ser considerados para efeitos de avaliação da Fundação.-----

No caso, a Fundação apenas recebeu, conforme já referido, uma comparticipação ao investimento do IAPMEI no âmbito de um quadro comunitário.-----

Ou dito de outra forma, a Fundação não recebeu qualquer apoio financeiro público do Estado Português, sendo certo que, a lei em causa tem como finalidade a diminuição da despesa pública do Estado e por isso não podem ser considerados os apoios comunitários.-----

Logo, a Fundação de Santo Thyrsos não tem qualquer dependência do financiamento público.-----

Por outro lado, os apoios públicos recebidos no período correspondem à imputação a proveitos extraordinários do montante da comparticipação ao investimento aprovado ao abrigo da candidatura para lançamento do Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, cujo arranque de exploração se deu apenas em 2009. O elevado peso dos apoios financeiros públicos em relação ao total de proveitos resulta por isso do baixo valor de proveitos próprio de uma atividade em início de exploração. A tendência será para a sua diminuição gradual com o tempo, o que se verifica se for considerado o triénio 2009-2011 para a análise, onde este rácio baixa para 53%. O valor baixa ainda para 43% se for considerado apenas o ano de 2011, traduzindo desta forma uma tendência

positiva de diminuição do peso dos apoios públicos na atividade.-----

Em termos de exploração, a Fundação tem sido completamente autónoma em relação a fundos públicos, tendo em 2011 alcançado um resultado líquido positivo.-----

D- Da violação do princípio da autonomia do poder local:-----

Um dos princípios basilares do estado de direito democrático consiste na autonomia do poder local face ao poder estatal (Governo).-----

Tal princípio encontra-se constitucionalmente consagrado nos art. 235º e seguintes da CRP e pelo qual, têm os municípios autonomia em termos de pessoal, património e finanças, competindo a sua gestão aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é uma tutela de mera legalidade. (Cfr. artigo 2º da lei 27/96, de 01 de agosto, que dispõe “*A tutela administrativa consiste na verificação do cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos e dos serviços das autarquias locais e entidades equiparadas*”).-----

Nos termos da lei nº 169/99, artigo 53º, nº 2 al. l), compete à assembleia municipal:-----

“(…) autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os despectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, (...) fixando as condições gerais da participação”;-----

Daqui resulta claramente que a assembleia municipal tem competência própria e exclusiva para a criação de fundações que desenvolvam os seus fins no território do respetivo município e que caibam nas atribuições deste.-----

Logo, a sua extinção, também, é uma competência própria e exclusiva daquele órgão municipal.-----

A própria avaliação efetuada à Fundação pelo Ministério das Finanças consistiu já numa intromissão clara na autonomia do poder local.-----

Não pode o Ministério das Finanças (Governo) ordenar, sob a “capa” de uma proposta,

ao Município a extinção da fundação, sob pena de violação da autonomia do poder local.-----

E, muito menos, pode sancionar a não tomada dessa decisão com as medidas sancionatórias previstas no artigo 5º da lei nº 1/2012.-----

Aliás, e salvo devido respeito por opinião contrária, o que só teoricamente se admite, entendemos que a lei 1/2012, não prevê qualquer sanção para o facto de a assembleia municipal não decidir conforme a proposta do Governo, ou seja, a extinção da Fundação.-----

Apenas prevê, no nº 7 do seu artigo 5º, que a assembleia municipal tem o prazo de dez dias (a contar da publicação da referida Resolução do Conselho de Ministros) para tomar uma decisão final.-----

Ou seja, a proposta constante daquela Resolução configura uma decisão unilateral, sem prejuízo da análise que os respetivos órgãos municipais devem fazer ao funcionamento da Fundação em que o município participa e por si criada.-----


Além de violar a Constituição da República Portuguesa, a lei nº 1/2012, viola a Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa, que considerou no seu Preâmbulo que *"as autarquias locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático"*.-----

E- Da violação da Lei das finanças locais:-----

A Lei 169/99, prevê na alínea l) do nº 1 do artº 53º como competência da assembleia municipal *"Municipalizar, serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais..."*.-----

A Lei das Finanças Locais, Lei 2/2007 de 15 janeiro, reconhece, no seu artº 2º, o *"Princípio da coerência – O regime financeiro dos municípios e das freguesias respeita o princípio da coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente lhes está cometido, (...)"*---

Reconhece ainda o *"Princípio da autonomia financeira dos municípios e das freguesias"*, referindo, na alínea f) do nº 2 do artigo 3º, que a autonomia financeira assenta, designadamente, no poder de *"Gerir o seu próprio património, bem como aquele que lhes seja afeto."*-----



O disposto no nº 1 do artº 48º, estabelece a necessidade de “Auditoria externa das contas dos municípios e associações de municípios com participações de capital” nos seguintes termos: *“As contas anuais dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do setor empresarial local devem ser verificadas por auditor externo.”*-----

Ora, foi ao abrigo das referências legais acima citadas que o Município criou a Fundação de Santo Thyrsó, tendo por outro lado, cumprido as obrigações previstas, nomeadamente, de verificação e auditoria.-----

Logo, a proposta (decisão) de extinção viola a lei das Finanças Locais.-----

F- Da ineficácia da avaliação e da proposta em relação à Fundação e os fundadores particulares:-----

A fundação é uma pessoa coletiva de direito privado, detendo por isso personalidade jurídica.-----

Não foi notificada da avaliação e da proposta e deveria tê-lo sido, pois que, é uma parte diretamente interessada.-----

De igual modo, deveriam os fundadores particulares terem sido notificados e não o foram.-----

Assim sendo, por falta de notificação à Fundação e aos fundadores particulares, a avaliação e a proposta é-lhes completamente ineficaz.-----

Ou dito de outra forma, não é legalmente possível extinguir a fundação sem a pronúncia dos mesmos. Aliás, está previsto nos respetivos estatutos, enviados para o Ministério da Finanças, que o Conselho de Fundadores deve dar parecer sobre a extinção da Fundação.-----

G- Do aumento da despesa pública, em caso de extinção:-----

Da extinção da Fundação resultaria a assunção por parte do Município de ativos e passivos, do pessoal e outras obrigações, pelo que o efeito no endividamento e na despesa pública seria perverso em relação às intenções que se anunciaram. No caso concreto, para além do



património, o Município viria a assumir o empréstimo bancário e outros passivos, três trabalhadores e outras obrigações.-----

CONCLUSÕES:-----

1- A Lei nº 1/2012, de 03 de janeiro, estabelece um procedimento administrativo que visa a extinção das fundações, pelo que, aplicar-se-á o disposto no Código de Procedimento Administrativo quanto à audiência dos interessados (Art. 100º e ss) e em todo o caso aplicar-se-á o princípio constitucional do direito de defesa ou do contraditório (art. 267º da CRP).-----

2- No caso os interessados são: O Município de Santo Tirso, a Fundação de Santo Thyrsó e os Fundadores Particulares.-----

3- Os interessados não foram notificados para se pronunciar.-----

4- Pelo que, todo o procedimento, independentemente da sua natureza legislativa ou administrativa, está ferido de inconstitucionalidade ou nulidade, o que aqui expressamente se invoca, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

5- Da análise à ficha de avaliação resultam cinco erros, a saber:-----

5.1- Ponto 16 - Percentagem dos apoios Financeiros Públicos em relação ao total de proveitos (2008 a 2010):-----

A Fundação apenas recebeu uma comparticipação ao investimento no âmbito de candidatura comunitária, pelo que, a sua dependência de apoios financeiros públicos nacionais é ZERO.-----

Sempre, o referido apoio foi imputado a proveitos extraordinários nos respetivos exercícios e o cálculo desse rácio, com base na informação Constante no Anexo A – Relatórios de Gestão e Contas relativos ao triénio – conduz ao valor de 57%, inferior ao constante na avaliação.----

5.2- Subcritério 2.2 (1.2 do Anexo 1):-----

A resposta dada às questões do nº 18 do Censo foi NÃO, ou seja, considerando o âmbito de intervenção municipal da Fundação, não existem no concelho de Santo Tirso entidades nos setores



público e privado que desenvolvam atividades congêneres ou afins.-----

Pelo que, não se entende a classificação atribuída de “0”, aliás cremos que se tratou de um lapso.-----

Assim:-----

A classificação deveria ter sido alterada de “0” para “100”-----

5.3- Subcritério 3.2 (2.2 do Anexo 1):-----

O rácio entre apoios recebidos (soma dos proveitos extraordinários) e os custos totais é de 44%, inferior a 50%, logo, a pontuação deveria ser alterada, passando a classificação de 25 para 100.-

E, em consequência, a pontuação do índice composto passa de 58,75 para 77,5.-----

5.4- Subcritério 4.2 (3.2 do Anexo 1):-----

No primeiro facto para o cálculo do índice composto, dado que os apoios concedidos são iguais aos previstos, deveria ser atribuída a pontuação de 50 pontos.-----

No segundo fator, dado que os apoios recebidos são proveitos extraordinários decorrentes do incentivo ao investimento nos três anos e dividindo este valor pela soma dos proveitos totais nesse período, chega-se ao rácio de 57%.-----

Assim sendo:-----

A pontuação no subcritério deveria ser alterada de “0” para “25”.-----

5.5- Subcritério 4.4 (3.4 do Anexo 1):-----

A resposta dada à questão 8 do inquérito resultou de um erro, que se corrigiu na contestação apresentada em sede de audiência prévia.-----

Na verdade, considerando os Estatutos da Fundação, os órgãos da administração são totalmente nomeados pelo Município e consequentemente a pontuação a atribuir ao primeiro fator do índice composto deveria ser “100” e de igual modo o segundo fator deveria ser “25”, chegando-se à pontuação de “70”, quanto ao índice composto.-----

Assim sendo, a classificação no subcritério deveria ser de “50” em vez de “0”.-----

[Handwritten signature]

6- Alterada a pontuação nos termos supra referidos, a pontuação final deveria ser alterada de 44,7 para 56,5.-----

7- Não foram definidos previamente os critérios de avaliação e de decisão, o que viola os princípios da certeza, abstração e imparcialidade.-----

8- A fundamentação da proposta é insuficiente e errada, pois que:-----

8.1- Os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas são de natureza altruísta e de elevada relevância social, cultural, ambiental e local.-----

8.2- Não existem outros serviços públicos ou privados, no concelho de Santo Tirso, que desenvolvam atividades idênticas ou congêneres.-----

8.3- Não existe qualquer dependência da Fundação em relação a financiamento público, sendo certo que, apenas recebeu uma comparticipação ao investimento de cariz comunitário, ou dito de outra forma, a Fundação não recebeu, até hoje, qualquer apoio financeiro público nacional.-----

8.3.1- Pelo que, a sua dependência é ZERO, tendo ainda apresentado em 2011 um resultado positivo.-----

9- A proposta de extinção viola o princípio da autonomia do poder local e a Lei das Finanças Locais.-----

10- A proposta e consequente extinção é ineficaz em relação à Fundação e aos fundadores particulares, pois são partes interessadas e não foram ouvidas.-----

11- A concretização da extinção da Fundação provocaria o aumento da despesa e do endividamento públicos, pois o passivo (empréstimo bancário no valor de € 370.000) e demais encargos transitariam para o Município.-----

12 – A contestação apresentada pela câmara municipal não foi atendida e a avaliação não foi corrigida. -----

Anexam-se à presente proposta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quarenta e duas folhas, cópias da Ficha de Avaliação da Fundação de Santo Thyrsó,

efetuada pelo Ministério das Finanças, referida no início da defesa apresentada pela câmara municipal, a aludida informação n.º 452/2012, o anexo I mencionado nesta proposta, bem como do relatório e contas de 2011 da Fundação de Santo Thyrsó (denominado como anexo A nesta proposta).-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata não subscreveram a proposta de manutenção da Fundação de Santo Thyrsó, por várias ordens de razão:-----

Apesar do escasso tempo disponibilizado aos vereadores do Partido Social Democrata para lerem e perceberem as trinta e cinco páginas, que apenas nos foram entregues à hora de jantar do dia anterior à reunião, quando o deveria ser na sexta-feira anterior, o suporte e a fundamentação é na sua esmagadora maioria da Fundação de Santo Thyrsó.-----

Registe-se que pela primeira vez em vários anos, foi possível aos vereadores do Partido Social Democrata acederem a alguma informação sobre a gestão e o funcionamento da Fundação de Santo Thyrsó e isso ser objeto de discussão formal numa reunião da câmara. Defendemos sem tibiezas a extinção da Fundação de Santo Thyrsó e propomos que o seu património, que já é público, regresse à câmara municipal e que seja esta a substituir-se à Fundação de Santo Thyrsó para assegurar o normal funcionamento da Incubadora de Base Tecnológica que funciona nas instalações da antiga Fábrica de Santo Tirso. Na reunião da assembleia municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e seis, e aquando da discussão da criação e dos estatutos da Fundação de Santo Thyrsó, o Partido Social Democrata absteve-se, manifestando sérias preocupações, quer em relação aos eventuais parceiros, que na altura não eram conhecidos, quer à composição dos órgãos sociais, que



eram presididos na sua maioria (três dos quatro) pelo senhor presidente da câmara e no órgão de fiscalização, por nomeação deste. Ao longo destes anos, por diversas vezes, em reunião da câmara, questionamos a maioria socialista a propósito da atividade da Fundação, onde a câmara detém 89% do capital social e é titular do património que hoje é gerido por esta Fundação. Relembro que na reunião de dez de março de dois mil e dez, os vereadores do Partido Social Democrata colocaram duas questões que ficaram sem resposta:-----

- Quais as despesas mensais globais com a estrutura Incubadora de Base Tecnológica;----
- E quais os montantes despendidos com os seus gestores.-----

Não obtivemos qualquer resposta.-----

Na reunião do executivo de catorze de julho de dois mil e dez, também questionamos a maioria socialista, a propósito de um ajuste direto celebrado entre a câmara e a Fundação de Santo Thyrsó, no valor de cinquenta mil euros e também nessa data não obtivemos qualquer explicação. As preocupações que manifestamos na assembleia municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e seis são hoje profundamente justificadas.-----

A Fundação de Santo Thyrsó que gere património do município e é detido em 89% do seu capital social pela câmara não presta contas a ninguém. O Partido Social Democrata ainda recentemente, e de forma pública, defendeu transparência na gestão desta Fundação e manifestou a sua perplexidade pelo facto dos parceiros institucionais encontrados para integrarem os 11% do capital social e os órgãos sociais serem duas empresas ligadas à construção, sendo que uma delas tem a sua sede no Marco de Canaveses e é portanto estranha à realidade do concelho de Santo Tirso. Na mesma nota pública manifestamos alguma preocupação pelo facto de a esta Fundação não pertencerem ou não estarem associados parceiros locais, de reputada competência e com intervenção na área das novas tecnologias, que pudessem emprestar prestígio, dimensão e abrangência à Incubadora de Base Tecnológica e à Fundação que a titula. Também manifestamos na mesma nota alguma preocupação pelo facto da única entidade que representa os empresários e os agentes

económicos do concelho de Santo Tirso, como é o caso da ACIST, não terem qualquer envolvimento na Fundação. Ficamos perplexos, diria mesmo, duplamente perplexos, porque na contestação que a câmara aqui apresenta, e vou citar, “Quanto à ACIST para além de não ser parceira neste projeto, não se lhe conhecem atividades, competência e experiência que nesta matéria permitam substituir as até agora desempenhadas pela Fundação de Santo Thyrsos com evidentes resultados positivos”. Achamos estranha esta referência à ACIST quando, da sua constituição, a Fundação de Santo Thyrsos não tinha rigorosamente nenhuns antecedentes, não tinha qualquer experiência nem detinha competências para operar em qualquer área e o único suporte que tinha, formal, é que toda a sua gestão, cujos critérios continuamos a não conhecer, eram suportados pelos órgãos sociais, personalizados no senhor presidente da câmara. Objetivamente esta era e ainda é uma Fundação de Gestão unipessoal. Passados todos estes anos de autarca do Partido Social Democrata e a população em geral continuam sem saber exatamente quais são as exatas regras de funcionamento da Incubadora de Santo Tirso / Fundação de Santo Thyrsos, já que no sítio na internet apenas estão plasmadas banalidades. Por isso e para terminar os vereadores do Partido Social Democrata entenderam votar contra a manutenção da Fundação de Santo Thyrsos e deixar claro que apoiamos a câmara na gestão direta da Incubadora de Santo Tirso, que se calhar, cremos, poderia ter melhores resultados”.

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Votamos favoravelmente esta proposta com base na fundamentação apresentada, que já havia sido enviada ao Secretário de Estado da Administração Pública, e de que não recebemos qualquer resposta.

A Fundação funciona em pleno, tem gastos reduzidos, tem trabalho feito, não recebe qualquer tipo de subsídios ou apoio do Estado e foi criada por deliberação da câmara municipal e da assembleia municipal.

Informamos que aquando da aprovação dos Estatutos da Fundação de Santo Thyrsos



tomamos as medidas cautelares quanto à posição da câmara municipal de Santo Tirso na Fundação pelo que todos os direito e património estão garantidos como propriedade da Câmara Municipal.-----

A blindagem estatutária reconhecida pelo Governo garante o funcionamento futuro sempre em favor da câmara municipal que, sendo a principal proprietária, teve de garantir a sua liderança independentemente de quem está à frente da câmara municipal.-----

Objetivamente o Partido Social Democrata de Santo Tirso quer acabar com a Fundação na linha do que tem vindo a defender o atual governo.-----

O pressuposto do encerramento das Fundações é um grande embuste que, nem sequer reduz significativamente a despesa pública, como foi demonstrado.-----

A Fundação de Santo Thyrsos não recebe qualquer subsidio do Estado para o seu funcionamento e tem como parceiros todas as empresas que à data quiseram aderir ao projeto.-----

Talvez não acreditassem no funcionamento futuro que permitem que hoje lá funciona:----

- Incubadora de empresas de base tecnológica-----

E vai passar a funcionar no futuro próximo:-----

- A Nave Cultural-Industrial;-----

- A iMod – incubadora de industrias criativas.-----

Votamos favoravelmente a proposta porque desejamos a continuidade da Fundação não acabando com uma estrutura que muito tem contribuído para a mudança radical das infraestruturas da antiga Fábrica de Santo Tirso criando condição para que em Santo Tirso se criem e funcionem mais empresas em prol do desenvolvimento.-----

Até à última resistiremos no atual modelo de funcionamento contra todos aqueles que para Santo Tirso só querem o “Quanto pior melhor””.-----



FICHA DE AVALIAÇÃO

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. ENTIDADE:	Fundação de Santo Thyrso	2. NIPC:	509017746
3. DATA DE INSTITUIÇÃO:	28-09-2006		
4. TIPO DE FUNDAÇÃO (LEI 1/2012):	Pública de direito privado.		
5. ENTES INSTITUIDORES:	Município de Santo Tirso; Facal - Construções Metálicas, Lda; Efimóveis - Imobiliária, Sa.		
6. TUTELA SECTORIAL/PRINCIPAL INTERLOCUTOR (TS/PI):	Município de Santo Tirso - PI		
7. FINS:	Apoiar técnica e cientificamente a comunidade empresarial, de modo a contribuir para a respectiva modernização e desenvolvimento, através da inovação, e a promoção, desenvolvimento e apoio a atividades de natureza cultural, educativa, recreativa, social e ambiental.		
8. PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO/INTERVENÇÃO:	Artes e cultura, Ciência, Desenvolvimento social ou económico.		
9. DATA DE RECONHECIMENTO:	07-03-2008		
10. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO RECONHECIMENTO:	Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros		
11. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (Sim/Não):	Não		
12. TOTAL DE COLABORADORES (31/10/2011):	1	Obs.:	
13. VALOR DO PATRIMÓNIO INICIAL:	€250.000	14. VALOR PATRIMÓNIO EM 2010:	€1.765.210
15. APOIOS FINANCEIROS PÚBLICOS RECEBIDOS (Soma de 2008 a 2010):	€1.294.444		
16. PERCENTAGEM DOS APOIOS FINANCEIROS PÚBLICOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROVEITOS (2008 a 2010):	67,6%		
17. N.º DE UTENTES OU BENEFICIÁRIOS OU DESTINATÁRIOS (2008-2010):	70		

II – BENEFÍCIOS E ISENÇÕES FISCAIS

	2010
1. DESPESA FISCAL	€0
2. VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO ISENTO (VPT)	€0
3. RESTITUIÇÃO DE IVA	€0

III – RESULTADO DA AVALIAÇÃO

1. PONTUAÇÃO GLOBAL:		44,7
2. PONTUAÇÃO PERTINÊNCIA/RELEVÂNCIA (20%):		13,3
	Pontuação	Ponderação
2.1. Caracterização da fundação.	50	20
2.2. Existência de outras entidades com fins/objeto ou missão idênticos e/ou que desenvolvam atividades congêneres.	0	20
2.3. Criticidade dos fins/objeto da fundação.	83,3	20
2.4. Alinhamento das principais atividades desenvolvidas no triénio 2008/2010 com fins/objeto.	100	20
2.5. Relação entre as principais atividades desenvolvidas no triénio 2008/2010 e o estatuto de utilidade pública.	0	0
2.6. Previsão de reversão do património, em caso de extinção, nas fundações públicas.	100	20
3. PONTUAÇÃO EFICÁCIA (30%):		12,6
	Pontuação	Ponderação
3.1. Quantificação dos recursos públicos afetos às principais atividades desenvolvidas.	25	50
3.2. Fundamentos para a manutenção dos apoios financeiros públicos concedidos.	58,8	50
3.3. Custo-eficácia das principais atividades/produtos e/ou serviços prestados.	0	0
4. PONTUAÇÃO SUSTENTABILIDADE (50%):		18,8
	Pontuação	Ponderação
4.1. Situação patrimonial da fundação.	100	15
4.2. Apoios financeiros e bens públicos concedidos no triénio 2008/2010.	0	20
4.3. Resultados dos principais indicadores económico-financeiros.	50	25
4.4. Nomeação da maioria dos membros do órgão de administração, em particular se realizada por pessoas coletivas públicas.	0	10
4.5. Recursos humanos da fundação.	100	5
4.6. Peso dos gastos com o pessoal no total dos gastos da fundação.	0	15
4.7. Sistema de controlo interno/externo e prestação de contas adequados.	50	10

IV – PROPOSTA

Extinção, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 1/2012, de 3/Jan:
Com reversão de património e atribuições para a Câmara Municipal de Santo Tirso Gabinete de Apoio ao Investidor Divisão de Desenvolvimento Económico do Departamento de Planeamento e Habitação; ou
Transferência de atribuições para a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso, mantendo-se os direitos do município referentes ao património afecto à prossecução de fins de interesse público.



V – FUNDAMENTAÇÃO

Considerando:

- Os fins prosseguidos e a natureza das atividades desenvolvidas;
 - A existência de outros serviços públicos que desenvolvem atividades idênticas ou congêneres;
 - A dependência do financiamento público, superior a 65%, no triénio.
- Tem previsão de reversão do património em caso de extinção.



C/c SEES
SESSS
IGF
DGAEP

Exmo Senhor
Chefe do Gabinete de S.E.
o Secretário de Estado da Presidência
do Conselho de Ministros
Dr. Francisco José Martins
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 - 7º
1399 - 022 LISBOA

02.MAI.2012 0517

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Nº:
ENT.: 1087/12
PROC. Nº: 118/12

17.04.2012

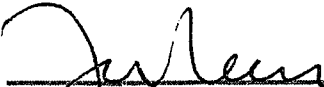
ASSUNTO: Matriz de avaliação - Fundações e testes de aderência.

Encarrega-me S.E. o Secretário de Estado da Administração Pública de enviar a V. Ex^a fotocópia da Informação n.º 452/2012, da Inspeção-Geral das Finanças, sobre o assunto mencionado em epígrafe, onde exarou o Despacho n.º 1578/2012-SEAP do seguinte teor:

*"Aprovo as propostas apresentadas no ponto 2 da presente informação.
C/c IGF.
C/c DGAEP.
Remeta-se ao conhecimento de S.E. o SEPCM o SEES e o SESSS.
as) Hélder Rosalino
20/4/2012"*

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete


(Joana Ramos)

/ic

Despacho n.º 1578/2012/SEAP

PARECER:

DESPACHO:

Aprovo o relatório
apresentado no ponto 2
da presente informação.
C/C à JGF
C/C à DGAF

Remete-se ao
Conhecimento de SGs o SGF, o
SGES e o SGSSS
Transmite-se ao Gabinete de SE: o Secretário
de Estado da Administração Pública.

13.4.2012

JOSE MARIA LEITE MARTINS
Inspector-Geral

Heider Rosalino
Secretário de Estado da Administração Pública

À consideração superior, com a nossa
concordância.

JGF, Abril 2012

Cristina Ribeiro
Henrique Polaco

CRISTINA RIBEIRO
Inspect. Fin. Director

HENRIQUE POLACO
Inspector de Finanças Director

INFORMAÇÃO N.º 452/2012

Proc. N.º 2012/165/H2/355

ASSUNTO: Matriz de Avaliação – Fundações e testes de aderência

1. ENQUADRAMENTO

1. A Assembleia da República aprovou a Lei nº 1/2012, de 3/Jan, que determinou a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas às fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder à avaliação do respetivo custo/benefício e da viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção, sobre a continuação, redução ou cessação dos apoios financeiros, bem como sobre a manutenção ou cancelamento do estatuto de utilidade pública.

Gabinete do Secretário de Estado da
Administração Pública

Entrada Nº 1088 Data 17/04/12

Processo Nº 118/12

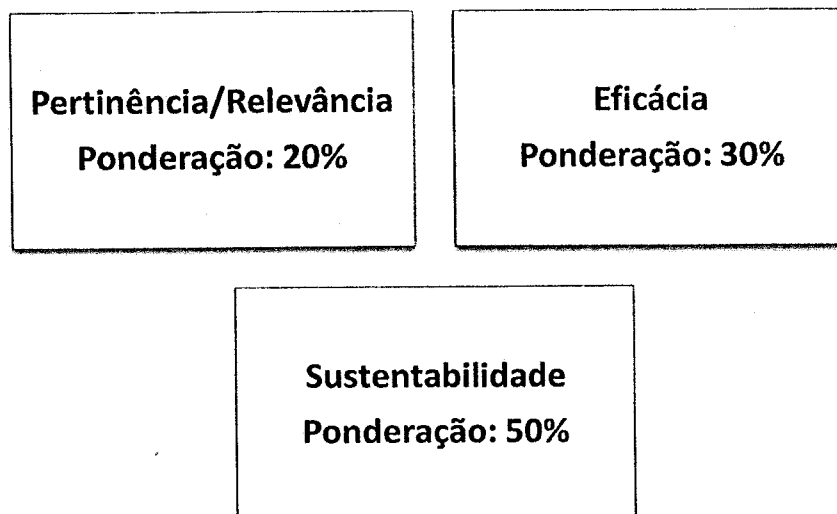
fe

2. O censo decorreu entre 4/Jan/2012 e 24/Fev/2012, através da resposta a um **inquérito por questionário**, disponibilizado *online* no portal do Governo, cujo **desenvolvimento informático foi assegurado pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)**, enquanto o **apoio técnico à fase de pré-registo das fundações** ficou a cargo da **Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)**.
3. Em 09/Mar/2012, foi remetida à IGF a primeira **informação resultante do preenchimento do censo, para efeitos de realização de uma análise preliminar às respostas das fundações**, tendo sido identificadas diversas **inconsistências, incoerências e insuficiências** na informação disponibilizada, que não foram colmatadas com o envio de uma nova versão da base de dados em 21/Mar/2012 (Vide Informação n.º 450/2012).
4. A presente informação visa:
 - ✓ Apresentar a **matriz de avaliação**, desenvolvida pela equipa da IGF, para **operacionalizar a análise dos critérios e subcritérios de avaliação**, previamente definidos e apresentados à Tutela;
 - ✓ **Dar conta dos resultados dos testes de aderência à matriz de avaliação**, realizados com base nas respostas das fundações constantes do ficheiro remetido à IGF em 21/Mar/2012.

2. MATRIZ DE AVALIAÇÃO

5. A **matriz de avaliação** ora apresentada corresponde a um **instrumento metodológico** que permite a **sistematização dos diferentes critérios de avaliação** previamente definidos, bem como a sua **aplicação uniforme**, possibilitando uma **ordenação das fundações** respondentes (vide ANEXO 1), numa escala de 0 a 100.
6. A ordenação das fundações resultante poderá servir de suporte à **decisão** sobre a sua **manutenção ou extinção**, sobre a **continuação, redução ou cessação dos apoios financeiros**, bem como sobre a **manutenção ou cancelamento do estatuto de utilidade pública**, conforme previsto na Lei nº 1/2012, de 3/Jan.
7. A matriz de avaliação de fundações engloba os seguintes **critérios**, aos quais foram atribuídas **ponderações diferenciadas**:

Figura n.º 1 – Critérios englobados na Matriz de Avaliação



8. Cada um dos critérios de avaliação tem inerentes **subcritérios**, cuja seleção e atribuição das respetivas ponderações teve em conta as **características específicas das entidades a avaliar**.
9. A identificação dos **subcritérios** e das respetivas **fontes de informação** constam dos quadros seguintes:

Quadro n.º 1 – Pertinência/Relevância – Subcritérios e Fontes de Informação

N.º	Subcritério	Fontes de informação
1.1	Caracterização da fundação: designação, ato de instituição, fins/objeto, área de intervenção/atuação, reconhecimento, concessão da declaração de utilidade pública, diploma base e identificação dos instituidores originais	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 2, 3, 4, 5, 6 e 9 Informação prestada pelas fundações: Anexos C, D, E e F
1.2	Identificação de outras pessoas coletivas públicas ou privadas, nomeadamente fundações e institutos públicos, com fins/objeto ou missão idênticos e/ou que desenvolvam atividades congêneres	Inquérito por Questionário: Questões n.ºs 4 e 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, C, D, E, F e G
1.3	Utilidade dos fins/objeto da fundação para o cumprimento de interesses públicos ou sociais relevantes, em especial nos casos em que são financiadas maioritariamente por fundos públicos	Inquérito por Questionário: Questões n.ºs 4, 16, 17 e 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos C, D, E, F e G

N.º	Subcritério	Fontes de informação
1.4	Alinhamento das principais atividades desenvolvidas no triénio com fins/objeto da instituição	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 4 e 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, E, F e G
1.5	Relação entre as principais atividades desenvolvidas no triénio e o estatuto de utilidade pública (apenas nos casos em que tal declaração tenha ocorrido)	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 6 e 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, E, F e G
1.6	Previsão de reversão do património, em caso de extinção, nas fundações públicas (direito público e privado), e identificação das entidades beneficiárias	Inquérito por questionário: Questão n.º 10 Informação prestada pelas fundações: Anexos E e F

Quadro n.º 2 – Eficácia - Subcritérios e Fontes de Informação

N.º	Subcritério	Fontes de informação
2.1	Orientação dos recursos públicos afetos às principais atividades desenvolvidas	Inquérito por questionário: Questão n.º 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, G e H
2.2	Fundamentos para a manutenção dos apoios financeiros públicos concedidos	Inquérito por questionário: Questão n.º 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, G e H
2.3	Custo-eficácia das principais atividades/ produtos e/ou serviços prestados no triénio, numa ótica comparativa com outras fundações que prossigam fins/objeto idênticos e/ou que desenvolvam atividades congêneres	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 4 e 18 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, G e H

Quadro n.º 3 – Sustentabilidade – Subcritérios e Fontes de Informação

N.º	Subcritério	Fontes de informação
3.1	Apoios financeiros e bens públicos concedidos à fundação, no triénio 2008/2010	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 15, 16 e 17 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, H e I
3.2	Situação patrimonial da fundação	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 14 e 17 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, H e I
3.3	Resultados dos principais indicadores económico-financeiros	Inquérito por questionário: Questão n.º 17 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, H e I
3.4	Nomeação da maioria dos membros do(s) órgão(s) de administração, em particular se realizada por parte de pessoas coletivas públicas	Inquérito por questionário: Questões n.ºs: 7 e 8 Informação prestada pelas fundações: Anexos E e F
3.5	Caracterização dos recursos humanos	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 11 e 12 Informação prestada pelas fundações: Anexos A e H
3.6	Peso dos gastos com pessoal no total dos gastos da fundação	Inquérito por questionário: Questão n.º 17 Informação prestada pelas fundações: Anexos A e H
3.7	Sistema de controlo interno/externo e prestação de contas adequados	Inquérito por questionário: Questões n.ºs 19 e 20 Informação prestada pelas fundações: Anexos A, B, H e I

10. Por sua vez, a pontuação atribuída a cada subcritério de avaliação resulta da aplicação de um conjunto de índices e indicadores (vide ANEXO 1).

3. RESULTADOS DOS TESTES DE ADERÊNCIA

- Foram selecionadas 4 fundações para a realização de testes de aderência, tendo em vista corresponder às orientações transmitidas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, na reunião de 22/Mar/2012.
- Neste sentido, foram selecionadas as fundações INATEL (NIPC 500122237), ELA (NIPC 505202107), Eugénio de Almeida (NIPC 500730733) e AFID – Diferença (NIPC 507367111), com o objetivo de testar a aderência da matriz a fundações com diferentes características, designadamente, uma fundação instituída pelo Estado, outra instituída por um município (Vila Nova de Gaia), outra fundação

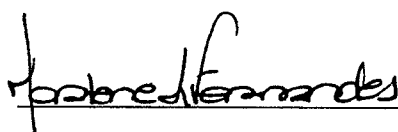
potencialmente constituída ao abrigo do direito canónico e, finalmente, uma fundação de solidariedade social (IPSS).

4. PROPOSTAS

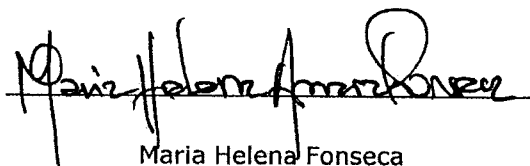
14. Face ao exposto, propõe-se que a presente informação seja submetida à apreciação do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, para eventual decisão sobre os seguintes aspetos:
- a) A **aplicação da matriz de avaliação** desenvolvida pela IGF ao universo das fundações respondentes, com vista à sua ordenação, **contribuindo para a tomada de decisão** prevista no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 1/2012, de 3 de Janeiro;
 - b) Que os **critérios, subcritérios, indicadores, índices e ponderações da matriz de avaliação possam, ainda, ser objeto de flexibilização**, no caso das **fundações de solidariedade social e das abrangidas pelo regime jurídico das instituições do ensino superior**, atenta a especificidade da atuação destas instituições, e considerando que o modelo não foi definido em articulação com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e com o Ministério da Educação e Ciência, tendo em vista a inclusão de parâmetros qualitativos, nos termos do n.º 2, do art.º 5.º da referida Lei;
 - c) Que os **trabalhos de avaliação se centrem, numa primeira fase, na análise das respostas das fundações públicas** (de direito público e de direito privado) e das **fundações público-privadas**, nos termos do art.º 2.º da Lei n.º 1/2012, de 3/Jan, e, subsequentemente, nas respostas das restantes fundações.

IGF, Abril 2012

A Equipa de Avaliação



Marlene Fernandes
(Chefe de Equipa Multidisciplinar)



Maria Helena Fonseca
(Inspetora)



Carina Rodrigues
(Inspetora)

ANEXO N.º 1 - Critério n.º 1. Pertinência/ Relevância

Pertinência (20%)	Ponderação (%) para fundações privadas c/ DUP	Ponderação (%) para fundações privadas s/ DUP	Ponderação (%) para fundações públicas ou público-privadas s/ DUP	Ponderação (%) para fundações públicas ou público-privadas c/ DUP	Situação	Pontuação
1.1. Caracterização da Fundação	20	20	20	10	Reconhecida e com DUP	100
					Reconhecida e sem DUP	50
					Não reconhecida e com DUP	50
					Não reconhecida e sem DUP	0
					NS/NR	0
1.2. Existência de outras entidades com fins/objeto ou missão idênticos e/ou que desenvolvam atividades congêneres.	20	25	20	20	Não	100
					Sim, existem entidades privadas	50
					Sim, existem entidades públicas	25
					Sim, existem entidades públicas e privadas	0
					NS/NR	0
1.3. Criticidade dos fins/objeto	20	30	20	20	Elevada	75 - 100
					Média	25-74
					Fraca/Reduzida	0-24
					NS/NR	0
1.4. Alinhamento das principais atividades com os fins/objeto	20	25	20	20	Elevada	100
					Média	50
					Fraca/Reduzida	25
					NS/NR	0
1.5. Relação entre as principais atividades desenvolvidas no triénio e o estatuto de utilidade pública	20	NA	NA	20	Totalmente coerentes	100
					Parcialmente coerentes	50
					Incoerentes	0
					NS/NR	0
1.6. Previsão de reversão do património, em caso de extinção, nas fundações públicas	NA	NA	20	10	Sim	100
					Não	0
					NS/NR/NA	0
Valor máximo	100	100	100	100		
Valor mínimo	0	0	0	0		

Legenda: DUP - Declaração de utilidade pública
 NS - Não sabe
 NR - Não responde
 NA - Não aplicável



ANEXO N.º 1 - Critério n.º 2. Eficácia

Eficácia (30%)	Ponderação (%)	Situação	Pontuação
2.1. Quantificação dos recursos públicos afetos às principais atividades desenvolvidas	25	<50%	100
		>=50%	25
		NS/NR	0
2.2. Fundamentos para a manutenção dos apoios financeiros públicos concedidos	25	Índice composto >=50%	100
		Índice composto <50%	25
		NS/NR	0
2.3. Custo-eficácia das principais atividades/ produtos e/ou serviços prestados	50	Inferior à média das Fundações com atividades congéneres, em todas as atividades ou na maioria das atividades.	100
		Inferior à média das Fundações com atividades congéneres, apenas algumas atividades	50
		Superior à média das Fundações com atividades congéneres, em todas as atividades ou na maioria das atividades.	25
		NS/NR	0

Valor máximo	100
Valor mínimo	0

Nota: Caso não seja possível realizar a análise custo-eficácia, a ponderação de 50% atribuída a este subcritério será equitativamente redistribuída pelos restantes subcritérios.



ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 2.2.

Construção do índice composto

Questão	Pontos	Ponderação (%)
N.º de utentes/beneficiários/ destinatários abrangidos pelas principais atividades (média dos 3 anos)		
>50 000	100	30
Entre 25 000 e 49 999	75	
Entre 1000 e 24 999	50	
<1000	25	
NS/NR/Erro grosseiro	0	
Âmbito de intervenção das principais atividades		
Maioritariamente Nacional e/ou Municipal	100	15
Maioritariamente Regional e/ou Distrital	50	
Maioritariamente Internacional e/ou Outro	25	
NS/NR/Erro grosseiro	0	
Criticidade das principais atividades face ao art.º 9.º da CRP		
Elevada	75 -100	30
Média	25-74	
Fraca/Reduzida	0-24	
NS/NR	0	
Grau de cobertura dos custos/despesas associadas às principais atividades pelo financiamento público concedido às mesmas (média dos 3 anos)		
< 50%	100	25
> = 50%	25	
NS/NR	0	
Valor máximo índice	100	
Valor mínimo do índice	0	


ANEXO N.º 1 - Critério n.º 3. Sustentabilidade

3. Sustentabilidade (50%)	Ponderação (%) para fundações privadas	Ponderação (%) para fundações públicas e público-privadas.	Situação	Pontuação
3.1. Situação patrimonial da fundação	15	15	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
3.2. Apoios financeiros e bens públicos concedidos à fundação, no triénio 2008/2010	25	20	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
3.3. Resultados dos principais indicadores económico-financeiros	25	25	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
3.4. Nomeação da maioria dos membros do órgão de administração, em particular se realizada por pessoas coletivas públicas	N.A.	10	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
3.5. Recursos humanos da fundação	10	5	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
3.6. Peso dos gastos com pessoal no total dos gastos da fundação	15	15	Resultado do índice composto > 75%	100
			Resultado do índice composto > 50% e ≤ 75%	50
			Resultado do índice composto > 25% e ≤ 50%	25
			Resultado do índice composto ≤ 25%	0
3.7. Sistema de controlo interno/externo e prestação de contas adequados	10	10	Resultado do índice composto > 75	100
			Resultado do índice composto > 50 e ≤ 75	50
			Resultado do índice composto > 25 e ≤ 50	25
			Resultado do índice composto ≤ 25	0
Total	100	100		

Valor máximo	100	100
Valor mínimo	0	0





Inspeção geral finanças

65

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.1

INDICADORES	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	PONDERAÇÃO (%)	SITUAÇÃO	PONTUAÇÃO
Peso do património 2010 nos fundos próprios e passivo	Apura o peso do património 2010 no total dos fundos próprios e passivo da fundação	$\text{Património 2010} / (\text{Fundos próprios e passivo 2010}) * 100$	40	> 200%	100
				> 100% e ≤ 200%	50
				> 50% e ≤ 100%	25
				≤ 50%	0
Estrutura do endividamento (2008-2010)	Apura o peso das dívidas de curto prazo (2008-2010)	$\text{Dívidas a terceiros a curto prazo (2008-2010)} / \text{Fundos próprios e passivo (2008-2010)}$	20	≤ 0,9	100
				> 0,9 e < 1,1	50
				≥ 1,1	25
Variação do património/fundo social	Apura o crescimento do património/fundo social à data de criação da fundação e em 2010	$(\text{Património 2010} - \text{Património ano criação}) / \text{Património ano criação} * 100$	40	> 400 %	100
				> 100% e ≤ 400%	50
				> 0 e ≤ 100%	25
				≤ 0%	0
Total			100		

Valor máximo	100
Valor mínimo	5

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.2

Construção do índice composto

Indicador	Fórmula de cálculo	Resposta	Pontos	Ponderação (%)
Peso dos apoios financeiros públicos recebidos, relativamente aos previstos em instrumentos (1,2)	Apoios recebidos em 2010 / Apoios acordados em 2010	> 1	100	40
		> 0,6 e ≤ 1	50	
		> 0,2 e ≤ 0,6	25	
		≤ 0,2	0	
Peso dos subsídios do Estado, registados como proveitos e ganhos, no total dos proveitos e ganhos, entre 2008 e 2010	(Subsídios do Estado 2008+Subsídios do Estado 2009+ Subsídios do Estado 2010)/(Total proveitos 2008+Total proveitos 2009+Total proveitos 2010)	≤ 10%	100	60
		> 10% e ≤ 40%	50	
		> 40% e ≤ 70%	25	
		> 70%	0	
Total				100

Valor máximo		100
Valor mínimo		0

Notas: (1) Apoios formalizados através de deliberações, atos, contratos, protocolos e acordos

(2) Tipologia de apoios financeiros recebidos: subsídios ou subvenções, isenções/benefícios fiscais, empréstimos, bonificações de juros, cessão ou cedência de bens do património público imóvel e móvel, participações públicas no património da fundação, concessão de avales ou outras garantias por entidades públicas

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.3.

INDICADORES	CÁLCULO	VALOR IDEAL	2008	2009	2010	PONDERAÇÃO	SITUAÇÃO	PONTUAÇÃO
RÁCIOS DE LIQUIDEZ OU DE TESOURARIA	Avaliam a capacidade da entidade para cumprir os compromissos de curto prazo.							
Liquidez Reduzida	(Activo Circulante - Existências Líquidas)/Exigível a curto prazo	Superior a 1.				15%	< = 0,9	25
							>0,9 e <1,1	50
							>=1,1	100
RÁCIOS DE ESTRUTURA OU ENDIVIDAMENTO	Indicadores da medida em que a entidade se financiou com capitais próprios ou alheios. Permitem avaliar o risco de insolvência.							
Solvabilidade	Fundos próprios/Total do passivo	Superior a 1 (significa que o património da entidade é suficiente para cobrir as suas dívidas).				10%	<= 0,9	25
							>0,9 e <1,1	50
							>=1,1	100
Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Total do activo	Entre 0,5 e 1 representa um bom grau de autonomia financeira.				5%	<=0,4	25
							>0,4 e <0,6	50
							>=0,6	100
RÁCIOS DE RENTABILIDADE E DE DEPENDÊNCIA DE FUNDOS PÚBLICOS	Avaliam a capacidade de uma instituição para utilizar os seus recursos produtivamente na criação de receitas/resultados, tendo em consideração o seu grau de dependência face a fundos públicos.							
Rentabilidade do Activo ou económica	Resultado operacional/Total do activo	Superior ou Igual a 0, tendo em consideração que é uma entidade sem fins lucrativos.				5%	<=0	25
							>0 e <0,1	50
							>=0,1	100
Rentabilidade das vendas	Resultado operacional/(vendas + prestações de serviços)	Entre 0 e 1				15%	<=0	25
							>0 e <1	50
							>=1	100
Dependência de subsídios públicos	Subsídios do Estado/Total de proveitos	Inferior a 0,5.				20%	>=0,5	25
							>0,1 e <0,5	50
							<=0,1	100
Capacidade de gerar rendimentos operacionais	Total dos ganhos e proveitos operacionais/Total dos custos e perdas operacionais	Superior a 1				10%	<=1	25
							>1 e <1,1	50
							>=1,1	100
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO	Avaliam o impacto da gestão ao nível do ciclo de exploração e a forma como a entidade está a utilizar os seus recursos.							
Prazo médio de recebimentos (PMR)	(clientes + outros devedores)/(vendas + prestação de serviços)*365	inferior ao PMP				2%	>(PMP+5)	25
							<=(PMP+5)	50
							se <PMP	100
Prazo médio de pagamentos (PMP)	(fornecedores + outros credores)/((Compras+Fornecimentos e Serviços Externos)*365	< 30 dias				8%	>=90	25
							>30 e <90	50
							<=30	100
RÁCIOS DE DESEMPENHO	Indicadores de medida do cumprimento dos objectivos definidos							
Eficácia orçamental proveitos e ganhos operacionais	Proveitos operacionais efetivos/Proveitos operacionais orçamentados	Superior ou igual a 1				5%	<=0,9	25
							>0,9 e <=1	50
							>1	100
Eficácia orçamental custos e perdas operacionais	Custos operacionais efetivos/Custos operacionais orçamentados	Igual ou inferior a 1				5%	>1	25
							>0,9 e <=1	50
							<0,9	100

Valor máximo	100
Valor mínimo	25

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.4.
Construção do índice composto

Questão	Resposta	Pontos	Ponderação (%)
Como é feita a nomeação da maioria dos membros do órgão de administração?	Maioritariamente pelo Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais, Instituições do Ensino Superior público e outras pessoas colectivas públicas (opção 1)	100	60
	Maioritariamente por pessoas singulares ou colectivas privadas (opção 3)	25	
	Exclusivamente por pessoas singulares ou colectivas privadas (opção 2)	0	
Qual o peso dos membros do órgão de administração nomeados por entidades públicas no total dos membros do órgão de administração? (1)	> 90%	100	40
	> 60% e ≤ 90%	75	
	> 30% e ≤ 60%	25	
	≤ 30%	0	
Total			100

Valor máximo	100
Valor mínimo	0



ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.5.

Construção do índice composto

Questão	Resposta	Pontos	Ponderação (%)
Qual o n.º total de colaboradores (dirigentes, contratados, prestadores de serviços, bolseiros, voluntários, temporários e noutras situações)?	≥ 200	100	20
	> 50 e < 200	50	
	≤ 50	25	
Qual o peso dos dirigentes (incluindo titulares do órgão de administração) no total dos colaboradores?	< 35%	100	30
	≥ 35% e < 70%	50	
	≥ 70%	25	
Qual o peso dos colaboradores não efetivos (com contrato de cedência, prestadores de serviços, bolseiros, voluntários, temporários e noutras situações) no total dos colaboradores?	< 35%	100	20
	≥ 35% e < 70%	50	
	≥ 70%	25	
Qual o peso da despesa total com benefícios adicionais ou suplementares dos colaboradores, entre Janeiro e Outubro de 2011, no total dos gastos com o pessoal em 2010?	< 35%	100	30
	≥ 35% e < 70%	50	
	≥ 70%	25	
Total			100

Valor máximo	100
Valor mínimo	25

af
22

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.6.

Construção do indicador

Indicador	2008	2009	2010	2008 a 2010
Gastos com pessoal				
Gastos totais				
Peso dos gastos com pessoal no total dos gastos				

Peso dos gastos com pessoal no total dos gastos da fundação = (Gastos com o pessoal 2008 + Gastos com o pessoal 2009 + Gastos com o pessoal 2010) / (Total gastos 2008 + Total gastos 2009 + Total gastos 2010)

ANEXO N.º 1 - Mapa auxiliar para a avaliação do subcritério 3.7.

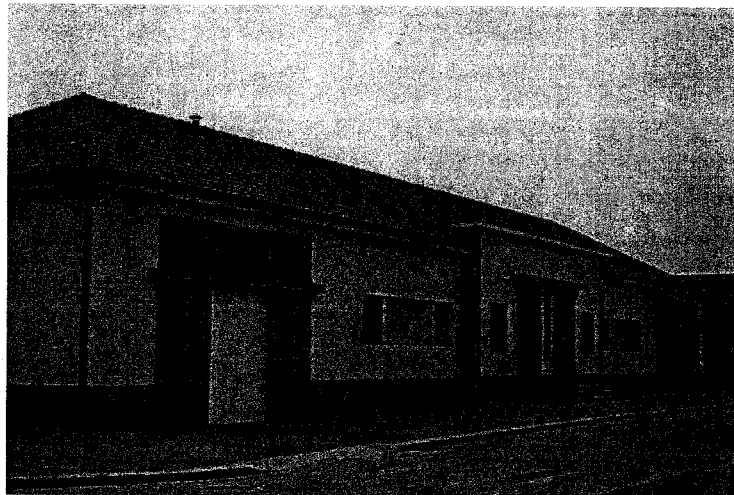
Construção do índice composto

Questão	Resposta	Pontos	Ponderação (%)
O órgão de fiscalização interna emitiu parecer sobre os relatórios e contas de 2008, 2009 e 2010?	Sim	100	25
	Não	0	
Desde Janeiro de 2008, a fundação recorreu à contratação de serviços de auditoria externa?	Sim	100	35
	Não	0	
A fundação dispõe de página eletrónica?	Sim	100	30
	Não	0	
Em caso afirmativo, qual a % de elementos que estão disponíveis na página eletrónica da fundação? (1)	≥ 50%	100	10
	< 50 %	50	
Total			100

Valor máximo	100
Valor mínimo	50

Nota: (1) Elementos possíveis: documentos legislativos que regulam a área de actuação da fundação, estatutos, regulamentos internos, identificação dos membros do órgão de administração, planos e relatórios de actividades, relatórios de gestão, contas e pareceres do órgão de fiscalização dos anos de 2008, 2009 e 2010 e pessoal ao serviço (número e natureza do vínculo)

RELATÓRIO E CONTAS 2011



Santo Tirso, Março de 2012

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3
2. INTRODUÇÃO.....	4
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES	5
1 – Actividade de Incubação.....	5
2 – Actividades de Promoção	6
3 – Outros Projectos.....	6
4 - Desenvolvimento de Parcerias	6
4. BALANÇO E CONTAS	7
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	13
AGRADECIMENTOS	13
ANEXOS.....	14
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	14



1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Presidente da Fundação: António Alberto de Castro Fernandes

Conselho Executivo

Presidente: António Alberto de Castro Fernandes em representação de Município de Santo Tirso,

Vogal: Gaspar Ferreira da Silva em representação de Efimóveis, Imobiliária, S.A.,

Vogal: Octávio Daniel Rodrigues Pereira em representação de Facal, Engenharia de Fachadas, Lda.

Conselho Fiscal

Presidente: Silvino Borges Rodrigues

Vogal: Orlando Gaspar Moínhos da Costa

Vogal: José Luís Pinto de Azevedo (ROC)



2. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea g) do número 2 do artigo 16º dos Estatutos da Fundação de Santo Thyrsó, vem o Conselho Executivo submeter à apreciação do Conselho dos Fundadores o Relatório e Contas relativo ao ano de 2011.

Mantendo a sua actividade principal centrada na **Incubadora de Santo Tirso**, a Fundação deu em 2011 continuidade ao alargamento da sua esfera de intervenção com a participação activa, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, em dois projectos charneira para a requalificação da Fábrica de Santo Thyrsó— a **Parceria para a Regeneração Urbana (PRU)** de Santo Tirso materializada no Projecto da **Nave Cultural** e o Projecto **iMOD - Incubadora de Negócios Criativos** em concretização com o apoio do Sistema de Apoio ao Cluster de Indústrias Criativas.

No que respeita à actividade da Incubadora de Santo Tirso, pode considerar-se que esta atingiu no ano de 2011 a "velocidade cruzeiro" - se por um lado se assistiu a uma diminuição no número de projectos admitidos, por outro lado foi fortemente reforçado o apoio ao desenvolvimento e consolidação das empresas instaladas, no que assumiram particular relevância as acções desenvolvidas no âmbito do Programa de Empreendedorismo Tecnológico promovido pela Portus Park, do qual a incubadora é parceira activa. Além dos nove projectos incubados, foram acompanhados e apoiados outros empreendedores candidatos à incubação, foram desenvolvidas diversas iniciativas de promoção e divulgação tendo em vista a captação de novos projectos para incubação e foram desenvolvidas e alargadas as parcerias estratégicas, visando a atracção de projectos para incubação, o reforço da experiência e das competências da equipa e o alargamento da oferta de serviços a prestar aos empreendedores.

A consolidação da actividade da Incubadora teve em 2011 reflexos nas **demonstrações financeiras** que vos apresentamos, as quais apresentam pela primeira vez um **resultado líquido positivo** que, embora sem grande expressão, se espera possa ser reforçado em 2012, no sentido de garantir a sustentabilidade financeira da actividade da Fundação.

3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Em 2011 a incubação e o apoio aos empreendedores assumiram-se como actividade principal, a que se associou a realização de diversas iniciativas de promoção, no sentido de ampliar a capacidade de atracção de novos projectos empresariais. Na busca do incremento da qualidade global do serviço prestado pela Incubadora de Santo Tirso, foi feito um esforço no desenvolvimento e consolidação de parcerias estratégicas, contribuindo para o reforço da experiência e das competências da equipa e o alargamento da oferta de serviços a prestar aos empreendedores. Paralelamente, manteve-se a aposta na realização de outras prestações de serviços, como forma de contribuir para a sustentabilidade do projecto.

O ano de 2011 fica ainda marcado pela consolidação do alargamento da esfera de intervenção da Fundação com a participação em outros projectos e parcerias para além dos directamente ligados à Incubadora de Santo Tirso.

Assim, sistematizando e detalhando a actividade desenvolvida durante o ano de 2011, podemos dividi-la em quatro grandes vertentes:

1. Actividade de Incubação
2. Actividade de Promoção
3. Participação em Projectos
4. Desenvolvimento de Parcerias

1 – Actividade de Incubação

Como reflexo da consolidação do projecto e da aposta no reforço da selectividade e especificidade na admissão de novos projectos, a Incubadora viu em 2011 diminuir o número de novas empresas, tendo-se registado a admissão de 2 novos projectos empresariais e a saída de uma das empresas instaladas, passando a incubadora a contar com 7 empresas em incubação física e 2 empresas em incubação virtual. No que se refere à selecção de novas empresas, foram realizadas cerca de vinte reuniões com potenciais candidatos, das quais resultaram oito novas candidaturas formais. Como resultado do acompanhamento a projectos candidatos foram concluídos mais 2 processos de candidatura cuja incubação foi concretizada já no início de 2012.

Se em termos do número de empresas, o aumento não foi significativo, já no que se refere ao apoio às empresas instaladas, verificou-se um forte incremento na actividade, para o que muito contribuiu a participação da Incubadora no Programa de Empreendedorismo Tecnológico da Portus Park, que se traduziu no apoio a três empresas instaladas em acções como o apoio à internacionalização, participação em feiras, consultoria especializada em marketing e vendas e coaching de negócios.

No que se refere à estratégia para a admissão e fixação de novos projectos, em 2011 a Incubadora deu continuidade à aposta em áreas estratégicas de especialização, quer na área das Indústrias Criativas associadas à esfera da Moda quer na área dos Têxteis Técnicos e do Futuro, procurando potenciar efeitos sinérgicos com os outros projectos em curso na Fábrica, nomeadamente a Incubadora de Moda, mas também com o tecido económico envolvente.



2 – Actividades de Promoção

Dando concretização à aposta na atração de empresas tecnológicas ligadas ao Sector Têxtil, a Incubadora promoveu em parceria com o CITEVE e com o apoio do Programa de Empreendedorismo Tecnológico da Portus Park, o **Workshop “Empreendedorismo no Sector Têxtil Português – Desafios e Oportunidades para a Criação de Novas Empresas”** realizado no CITEVE no dia 20 de Abril, que serviu de lançamento ao **Concurso de Ideias NETT – Novas Empresas Tecnológicas Têxteis**, promovido pela mesma parceria.

Na mesma linha, a Incubadora recebeu no dia 28 de Abril a **10ª Edição do Clube ADDICT** dedicada ao Sector do **Design de Moda** e sob o tema: “A Estrutura do projecto empresarial no Design de Moda”.

Em colaboração com a ASAS – Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso, realizou-se no mês de Novembro na Incubadora a **“Semana do Emprego e Formação 2011”**, com uma mostra de ofertas de emprego e formação e a realização de Debates e Workshops sobre a temática.

O dia 12 de Dezembro marcou o **lançamento do Projecto da Incubadora de Moda**, numa **Sessão Pública** de apresentação realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santo Tirso.

3 – Outros Projectos

Ainda no âmbito da actividade do Centro de Incubação e fruto da participação na Rede Portus Park, a Incubadora de Santo Tirso prosseguiu, como foi referido, a sua participação nas actividades do Projecto **“Rede de Promoção e Programa de Empreendedorismo Tecnológico na Região Norte”** promovido pela Rede com diversas iniciativas de apoio às empresas instaladas.

Relativamente a outras iniciativas fora do âmbito do Centro de Incubação, a Fundação prosseguiu a participação nas actividades da **Parceria para a Regeneração Urbana - Revitalização e Qualificação das Frentes Ribeirinhas do Rio Ave**, tendo vindo a apoiar a Câmara Municipal de Santo Tirso no desenvolvimento do **projecto de reabilitação da Fábrica de Santo Thyrsó**.

Dentro do mesmo processo, a Fundação deu continuidade à colaboração com a Câmara Municipal para a concretização do projecto da **Incubadora de Moda**, apresentada publicamente no final de 2011.

No sentido de garantir outras receitas e aumentar a atractividade dos espaços, foi promovida uma **candidatura** em parceria com a empresa Planeta Informático ao **Programa Operacional Potencial Humano**, para a realização de acções de formação modulares, a qual se encontra ainda em fase de apreciação. Paralelamente foram rentabilizados os espaços disponíveis da Incubadora através do seu aluguer para realização de acções de formação.

4 - Desenvolvimento de Parcerias

Conforme referido, uma boa parte das iniciativas desenvolvidas pela Fundação em 2011 foram concretizadas com a colaboração de diversos parceiros, destacando-se a participação em iniciativas da **Rede Portus Park**, a parceria com o **CITEVE** para a captação e apoio a projectos inovadores do sector Têxtil, e as parcerias com a **ESAD**, a **Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital (FAB LABs)**, a **ADDICT**, e restantes parceiros do Projecto da Incubadora de Moda para a dinamização de acções tendentes à concretização desse projecto e à atracção de projectos empresariais na área das Indústrias Criativas.



4. BALANÇO E CONTAS



Balanço em 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS		Notas	Período	
Ativo			31-12-2011	31-12-2010
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis			1.236.869,68	1.320.194,90
Bens do património histórico e cultural				
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			30.000,00	30.000,00
Subtotal			1.266.869,68	1.350.194,90
Ativo corrente				
Inventários				
Clientes			5.345,01	179,15
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros Entes Públicos			92.433,49	103.740,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Outras contas a receber				
Diferimentos			3.468,64	587,67
Outros Ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários			18.896,98	26.657,27
Subtotal			120.144,12	131.164,19
Total do Ativo			1.387.013,80	1.481.359,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado Líquido do período				
Total do fundo do capital				
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
Subtotal				
Passivo corrente				
Fornecedores				
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros Entes Públicos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outras contas a pagar				
Outros passivos financeiros				
Subtotal				
Total do passivo				
Total dos fundos patrimoniais e do passivo				

Santo Tirso, 1 de Março 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO EXECUTIVO



80

Demonstração de Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados		119.533,72	127.160,11
Subsídios, doações e legados à exploração		28.697,01	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(78.661,78)	(103.618,18)
Gastos com o pessoal		(37.264,84)	(39.837,97)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		60.747,73	117.929,48
Outros gastos e perdas		(1.298,20)	(43.050,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		91.753,64	58.582,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(83.325,22)	(158.921,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.428,42	(100.338,51)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(7.683,01)	(6.745,75)
Resultados antes de impostos		745,41	(107.084,26)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		745,41	(107.084,26)

Santo Tirso, 1 de Março 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO EXECUTIVO



81

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Nota	PERÍODOS	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		141.859,23	154.755,65
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(105.631,30)	(92.347,90)
Pagamentos ao pessoal		(21.159,71)	(24.915,54)
Caixa gerada pelas operações		15.068,22	37.492,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(15.145,50)	(11.748,63)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(77,28)	25.743,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.140,98)	
Juros e gastos similares		(6.542,03)	
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(7.683,01)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(7.760,29)	25.743,58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.657,27	913,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18.896,98	26.657,27

Santo Tirso, 1 de Março 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO EXECUTIVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2010

		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Res. Próprio	Res. Próprio
		Realizável	Exigível	Realizável	Exigível	Realizável
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	315.000,00	4.827,61	6.695,69	-	1.061.599,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	-	-
	2	-	-	-	(117.929,48)	(117.929,48)
	2	-	-	-	(117.929,48)	(117.929,48)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(107.084,26)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					(107.084,26)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
	5	-	-	(109.377,65)	-	-
	5	-	-	(109.377,65)	-	-

Santo Tirso, 1 de Março 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO EXECUTIVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2011

Descrição	6	7 - Alterações nos Fundos Próprios					
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Avaliação	Reserva de Reversão	Outros Fundos Próprios
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	315.000,00	4.827,61	(102.681,96)	-	943.669,71	(107.084,26)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(60.742,35)	-	(60.742,35)
	7	-	-	-	-	(60.742,35)	(60.742,35)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					745,41	745,41
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					745,41	745,41
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações				(107.084,26)			
	10	-	-	(107.084,26)	-	-	-

Santo Tirso, 1 de Março 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO EXECUTIVO



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Executivo propõe que os resultados líquidos do exercício de 2011, no valor de 745,41€ (setecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos), sejam transferidos para "Resultados Transitados".

AGRADECIMENTOS

A todos quantos contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da actividade da Fundação de Santo Thyrsó, em prol dos objectivos a que nos propusemos, o nossos mais sinceros agradecimentos.

O Conselho Executivo

**ANEXOS****Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados****Demonstração de Resultados por Funções**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	2010
Vendas e serviços prestados		119533,72	127.160,11
Custo das vendas e dos serviços prestados		0	
Resultado bruto		119533,72	127.160,11
Outros rendimentos		89444,74	117.929,48
Gastos de distribuição		0	
Gastos administrativos		-115926,62	(143.456,15)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0	
Outros gastos		-84623,42	(201.971,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8428,42	(100.338,51)
Gastos de financiamento (líquidos)		-7683,01	(6.745,75)
Resultados antes de impostos		745,41	(107.084,26)
Imposto sobre o rendimento do período		0	-
Resultado líquido do período		745,41	(107.084,26)



Outros Ativos Tangíveis

31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-Jan-2010	Adições / Dóações	Ativos	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2010
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.430.068,96	-	-	-	-	1.430.068,96
Equipamento básico	222.340,72	-	-	-	-	222.340,72
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	138.323,07	221,67	-	-	-	138.544,74
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1.790.732,75	221,67				1.790.954,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	126.807,82	64.154,63	-	-	-	190.962,45
Equipamento básico	146.744,88	75.595,84	-	-	-	222.340,72
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38.285,76	19.170,59	-	-	-	57.456,35
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	311.838,46	158.921,06				470.759,52

31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-2011	Adições / Dóações	Ativos	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2011
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.430.068,96	-	-	-	-	1.430.068,96
Equipamento básico	222.340,72	-	-	-	-	222.340,72
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	138.544,74	-	-	-	-	138.544,74
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1.790.954,42					1.790.954,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	190.962,45	64.154,63	-	-	-	255.117,08
Equipamento básico	222.340,72	-	-	-	-	222.340,72
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	57.456,35	19.170,59	-	-	-	76.626,94
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	470.759,52	83.325,22				554.084,74

Financiamentos Obtidos

Designação	2011			2010		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	365.107,75	365.107,75	-	370.000,00	370.000,00
Locações Financeiras	-	3.673,98	3.673,98	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total		368.781,73	368.781,73		370.000,00	370.000,00

Empréstimos Bancários

Designação	2011			2010		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	365.107,75	6.354,66	371.462,41	370.000,00	4.495,64	374.495,64
Total	365.107,75	6.354,66	371.462,41	370.000,00	4.495,64	374.495,64

Rédito

Designação	2011	2010
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	119.533,72	127.160,11
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	119.533,72	127.160,11

Subsídios

Designação	2011	2010
Subsídios do Governo	-	-
Subsídio ao Investimento	-	-
Designação do Subsídio B	-	-
Designação do Subsídio C	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	28.697,01	-
O Novo Norte (FEDER - 000710)	28.697,01	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	28.697,01	-

Benefícios dos Empregados

Descrição	2011	2010
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	30.962,84	33.186,37
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	6.302,00	6.651,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	-	-
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	-
Total	37.264,84	39.837,97

Clientes e Utentes

Descrição	2011	2010
Clientes e Utentes c/c	5.345,01	179,15
Clientes	5.345,01	179,15
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	5.345,01	179,15

Diferimentos

Descrição	2011	2010
Gastos a reconhecer		
...281 - Gastos a Reconhecer	3.468,64	587,67
...	-	-
...	-	-
Total	3.468,64	587,67
Rendimentos a reconhecer		
...272 - Dev.e Cred.por Acréscimos	5.566,00	5.566,00
...	-	-
...	-	-
Total	5.566,00	5.566,00



Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2011	2010
Caixa	18,88	18,88
Depósitos à ordem	18.878,10	26.638,39
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	18.896,98	26.657,27

Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dec-2011
Fundos	315.000,00	-	-	315.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	4.827,61	-	-	4.827,61
Resultados transitados	(102.681,96)	(107.084,26)	-	(209.766,22)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	943.669,71	-	(60.742,35)	882.927,36
Total	1.160.315,36	(107.084,26)	(60.742,35)	992.488,75

Fornecedores

Descrição	2011	2010
Fornecedores c/c	12.007,67	44.777,03
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	12.007,67	44.777,03

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2011	2010
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	2.795,46	1.739,46
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	89.638,03	102.000,64
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	92.433,49	103.740,10
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	273,32	471,50
Segurança Social	564,26	726,80
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	837,58	1.198,30



Outras Contas a Pagar

Descrição	2011		2010	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	6.086,66	-	6.086,66	-
	-	-	-	-
Total	6.086,66	-	6.086,66	-

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2011	2010
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	55.778,94	84.810,93
Materiais	-	12,74
Energia e fluidos	13.469,46	13.015,14
Deslocações, estadas e transportes	-	195,95
Serviços diversos	9.413,38	5.583,42
Total	78.661,78	103.615,18

Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2011	2010
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	60.747,73	117.929,48
Total	60.747,73	117.929,48



Outros Gastos e Perdas

Descrição	2011	2010
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1.298,20	43.050,89
Total	1.298,20	43.050,89

Resultados Financeiros

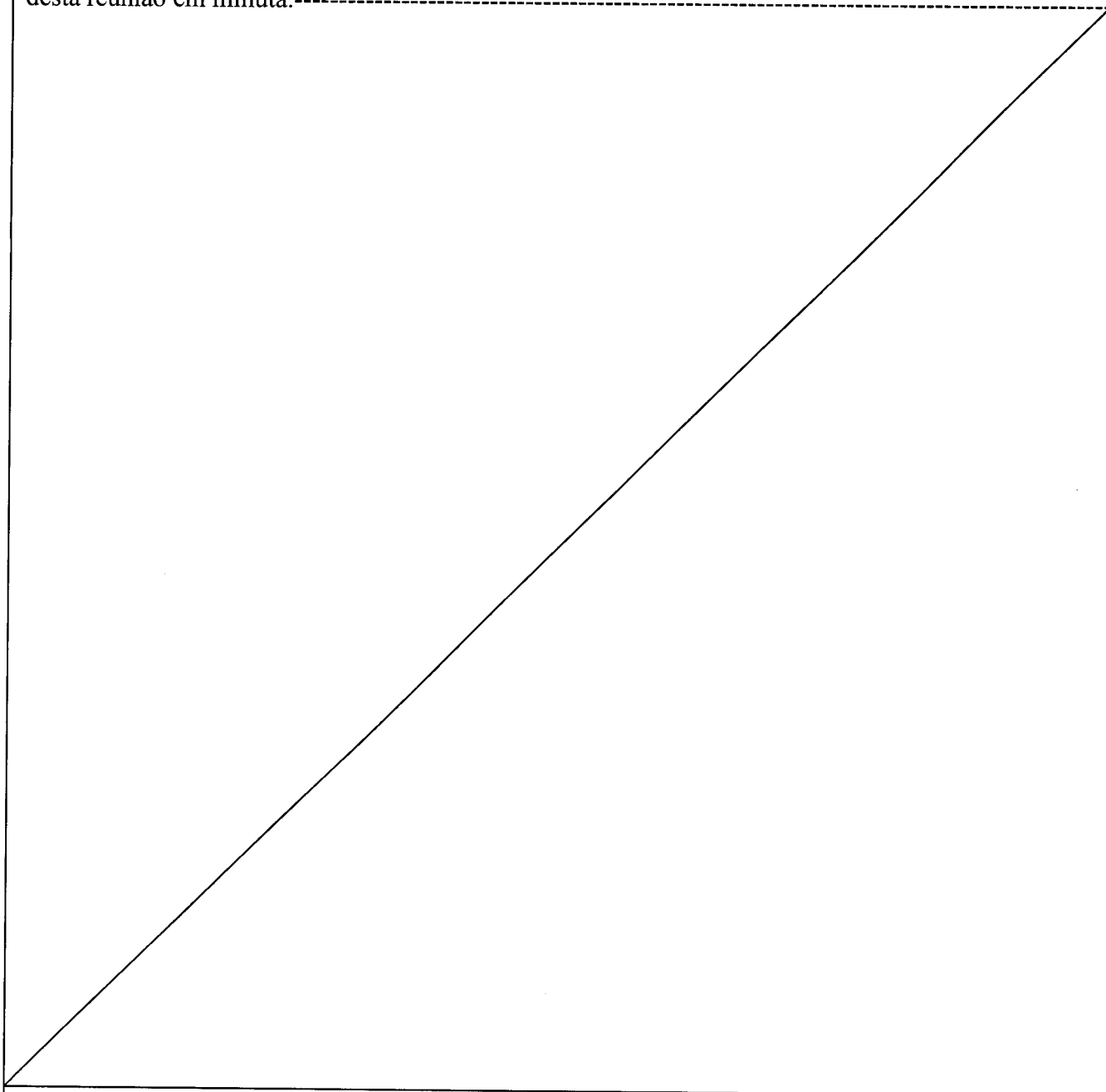
Descrição	2011	2010
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.683,01	6.745,75
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	7.683,01	6.745,75
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	7.683,01	6.745,75



[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Treze horas e dez minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem noventa e três folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 10 / 10 / 2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,